

RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA

ÍNDIOS E ROCEIROS: DESTRIALIZAÇÃO INDÍGENA E A  
CONQUISTA DA MATA MINEIRA (1770-1830)

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2006.

RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA

ÍNDIOS E ROCEIROS: DESTRIALIZAÇÃO INDÍGENA E A  
CONQUISTA DA MATA MINEIRA (1770-1830)

Monografia apresentada ao Curso de Historia da  
Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos  
requisitos para obtenção do grau de Bacharel em História.  
Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2002.

**RESUMO**

Nosso objetivo é investigar o processo de destribalização e redução dos indígenas que habitavam a Mata mineira e, deste modo, verificar a importância desse processo para com a conquista e formação da sociedade nessa área, dando atenção especial à região do Arraial de São João Batista do Presídio, entre 1770 e 1830. Estudaremos dessa maneira, as várias estruturas destribalizantes envolvidas nesse processo, as formas de resistência indígena e a posterior integração do índio na sociedade colonial.

**PALAVRAS-CHAVE:** índios, destribalização, dinâmica cultural, Mata mineira.

**ABSTRACT**

We **aim** to investigate the "destribalização" process and reduction of the native people that used to inhabit Mata Mineira, and this way, verify the importance of this process to the conquest and formation of the society in this area, giving special attention to Arraial de São João Batista do Presídio region, between 1770 and 1830. We will study, this way, several "destribalizantes" structures involved in this process, the native resistance ways and later native integration in the colonial society.

## SUMÁRIO

LISTA DE ICONOGRAFIAS .....	IV
LISTA DE TABELAS E MAPAS.....	IV
LISTA DE ABREVIATURAS.....	IV
INTRODUÇÃO.....	07
1.- A MATA MINEIRA E SEUS ANTIGOS HABITANTES.....	11
1.1. – “ÁREAS PROIBIDAS”.....	11
1.2 - POVOS INDÍGENAS DA MATA MINEIRA.....	23
1.3 - ALGUNS TRAÇOS DA CULTURA E PRODUÇÃO MATERIAL DO MINEIRÍNDIO.....	31
2.- IMPORTANTES ESTRUTURAS DESTRIALIZANTES.....	40
2.1.- PROJETO DE CATEQUESE DO GOVERNO E A PROPOSTA DO PADRE MANOEL DE JESUS MARIA.....	40
2.2- AÇÃO CIVILIZADORA DE MARLIÈRE.....	46
2.3- AGUARDENTE E O ESCAMBO DA POAIA.....	53
3. - ABREM-SE AS PORTAS DAS ÁREAS PROIBIDAS.....	66
3.1.- FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NA MATA MINEIRA.....	66
3.2.- FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA.....	72
3.2.1- A GUERRA NOS MODOS DO GENTIO BRAVO.....	72
3.2.2- REELABORAÇÃO CULTURAL DOS GRUPOS INDÍGENAS.....	86
CONCLUSÃO.....	91
BIBLIOGRAFIA.....	93

## **LISTA DE ICONOGRAFIAS**

Aldeia dos Coroados.....	57
Armas Ofensivas.....	74
Conjunto de diferentes formas de choças e cabanas.....	34
Coroado e Botocudo.....	25
Família de Botocudos em marcha.....	80
Múmia de um chefe Coroado.....	36
Soldados índios de Mogi-das-Cruzes.....	82

## **LISTA DE TABELAS E MAPAS**

<b>TABELA I</b> - Distribuição da população do Arraial do Presídio.....	70
<b>TABELA II</b> - Principais armas do mineiríndio.....	73
<b>MAPA I</b> - Minas Gerais: início do século XIX.....	22

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANRJ - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

AHCSM - Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

AEAM - Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro

RIHGMG - Revista do Instituto histórico de Minas Gerais

## INTRODUÇÃO

Como uma área estanque, os “matos proibidos” ou Mata mineira, funcionaram contra o descaminho da produção de ouro e, por muito tempo, diversos grupos indígenas ali situados estiveram praticamente livres do contato com os brancos, — embora alguns aventureiros já desrespeitassem as determinações da Coroa, se infiltrando nas “áreas proibidas” a fim de obter minérios e a cobiçada poaia.

A partir de 1707, a capitania de Minas Gerais ficava ligada ao Rio de Janeiro por meio do “Caminho Novo”.<sup>2</sup> De acordo com Paulo Mercadante: *“Procurava-se manter a ligação da capitania ao Rio de Janeiro por uma rota, com o fito de resguardar a Coroa do descaminho e contrabando...”*<sup>3</sup>

Contudo, a partir de fins do século XVIII e início do XIX, observa-se mudanças nas determinações da Corte. Ocorrendo então, inversões nas políticas que diziam respeito à comunicação entre as capitanias, às doações de sesmarias e outros assuntos que envolvem a questão agrária e, por conseguinte, a questão indígena. Para Maria Odila da Silva Dias: “...

---

<sup>1</sup> Também conhecidas como ipeca ou ipecacuanha, estas raízes eram usadas como vomitório e antifebril, tendo grandes volumes exportados da Capitania de Minas Gerais. O comércio dessas raízes, que eram obtidas pelo branco por meio do escambo, no qual era oferecida aguardente aos indígenas, ocasionou um grande impacto na região. Se por um lado, a introdução de aguardente alterou as práticas indígenas herdadas do período pré-colonial, levando-os ao consumo indiscriminado da referida bebida, por outro, o acesso dos brancos e seus associados às regiões do Pomba e Alto Rio Doce foi facilitado por tal comércio.

<sup>2</sup> O professor Renato Pinto Venâncio, a partir de documentos contidos no *Códice Costa Matoso*, vem nos mostrar que o Caminho novo não foi construído a partir dos esforços exclusivos dos colonizadores, mas sim conquistado dos povos indígenas que se utilizavam dessa rota desde os tempos pré-cabralianos. VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. Belo Horizonte: Varia V.21, p. 181-189, 2000.

<sup>3</sup> MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do Leste - estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 22.

*preocupou-se a Corte em abrir estradas e, fato quase inédito, em melhorar as comunicações entre as capitanias, em favorecer o povoamento e a doação de sesmarias. Tinham como fê obsessiva aproveitar as riquezas “.*<sup>4</sup>

Com o declínio da produção de ouro nas regiões das minas, observou-se um grande afluxo de migrantes (ex-mineradores na maioria dos casos), em direção à Zona da Mata mineira. Segundo Ângelo Alves Carrara, em sua tese sobre esta mesma região — referindo-se mais especificamente ao vale do Rio Pomba —, esta situação “... *facilitava a ocorrência de conflitos pela posse de terra*”.<sup>5</sup> Afirmação semelhante feita por Manuela Carneiro da Cunha: “... *o século XIX[...] está crescentemente interessado na questão de terras*”.<sup>6</sup>

Tratando-se de uma área que foi ocupada por diversos grupos indígenas, genericamente sintetizados pela maioria das fontes como: Coroado, Coropo, Purí e Botocudo<sup>7</sup>; foi recorrente o relato de diversos conflitos — envolvendo direta ou indiretamente os índios — ligados à questão das terras. Vale ressaltar que tais conflitos não se resumiam à dicotomia índio x colono (ao longo deste trabalho, foram verificados embates envolvendo padres, “civilizadores” e proprietários de sesmarias). Como mostra o documento contido na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, no

---

<sup>4</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 278, 1968-

<sup>5</sup> CARRARA, Ângelo Alves. A Zona da Mata Mineira: diversidade e continuísmo (1839-1909). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de pós-graduação em História. Niterói: 1993, p. 50.

<sup>6</sup> CUNHA, Manoela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 141.

<sup>7</sup> Na grafia dos nomes dos povos indígenas estabelecida em 1953 pela Associação Brasileira de Antropologia, os nomes de povos e de línguas indígenas são empregados como palavras invariáveis sem flexão de gênero nem de número. Ver *Revista de Antropologia*. 2 (2): 150-154, 1954.

qual verifica-se a denúncia de um dos primeiros habitantes da região pesquisada — o então *Diretor dos Índios Coropos e Coroatos, Francisco Pires Farinho* — contra a doação de sesmarias em terras indígenas. Isto, ainda na segunda metade do século XVIII.

Presídios, aldeamentos<sup>9</sup>, “guerras justas”; foram diversos os instrumentos que visavam à tomada da terra indígena ou a redução desta em pequenas áreas. Na visão da autora já citada, Manoela Carneiro da Cunha, “... *os índios ocupam uma posição singular, já que têm de ser legalmente, senão legitimamente, despossuídos de uma terra que sempre lhes foi, por direito, reconhecida*”.<sup>10</sup>

Partindo de um plano geral, que ampliará o entendimento acerca do modo de vida indígena nos sertões da Mata mineira, os esforços seguintes da pesquisa se concentram no sentido de verificar alguns instrumentos de grande importância, que levaram os índios a destribalização e redução de suas populações, colocando-os em estreito contato com o branco, e por seu turno, alimentando uma grande dinâmica cultural, onde, não só índios se valeram de elementos pertencentes ao mundo “civilizado”, como o inverso; onde brancos assimilaram uma série de costumes do “gentio”. Estudaremos dessa maneira, a transformação de muitos indígenas — usando um termo empregado por Laura

---

<sup>8</sup> RIGMG, Vol. VII, 1960. pp. 709-11.

Na historiografia, enquanto o termo “aldeamento” corresponde a aglomerações forçadas, o termo <sup>9</sup> “aldeia” representa um modelo de agrupamento espontâneo. Para um melhor entendimento deste trabalho faz-se necessária a distinção destes termos.

<sup>10</sup> CUNHA, Manoela Carneiro da. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 141.

de Mello e Souza — em desclassificados sociais<sup>11</sup> e a relação dos instrumentos destribalizantes eleitos em nosso trabalho com o processo de colonização e construção da sociedade na Mata mineira. Construção em que o indígena teve grande participação, tanto política, quanto social.

O trabalho de catequese do padre Manoel de Jesus Maria e a ação civilizadora de Guido Thomaz Marlière terão tratamento especial, já que estes representaram bem a lógica pensada e executada pelo governo. Onde o índio, desprovido de suas terras, serviria como mão-de-obra em diversas atividades, e depois de “amansado”, propiciaria um ambiente menos hostil aos colonos.

O escambo, sobretudo aquele que envolveu a aguardente e as valiosas poaias, foi verificado como um importante mecanismo para o devassamento da região. Se por um lado, a procura por raízes facilitou a penetração de comerciantes de poaia em áreas inexploradas, por outro, os efeitos degradantes gerados pelo consumo indiscriminado da aguardente, aceleraram o processo destribalizante a que o mineiríndio esteve sujeito.

Quanto ao processo de efetivação da conquista da área. A partir da destribalização indígena, também poderá ser verificado o lugar que este ocupou no quadro de relações sociais que se formava, até que ponto e como o índio resistiu a esse processo desenraizante e, como as novas atividades empreendidas pelos colonos contribuíram para a alteração do mundo indígena.

---

<sup>11</sup> SOUSA, Laura de Mello e, *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

## 1. - A MATA MINEIRA E SEUS ANTIGOS HABITANTES

### 1.1. – “ÁREAS PROIBIDAS”

Frequentado desde o primeiro século posterior ao descobrimento do Brasil, o território que hoje recebe o nome de Minas Gerais foi palco de inúmeras entradas e bandeiras. Tais incursões, por sua vez, não promoveram a fixação e o povoamento de suas áreas, pelo contrario, a procura por metais, pedras preciosas e, sobretudo pelo apresamento de indígenas, causou inicialmente, um declínio populacional dos seus antigos habitantes — os índios — que foram em grande parte escravizados nas fazendas de São Paulo e no Nordeste açucareiro, ou rumaram para regiões livres da ação de seus opositores. Contudo, o grande choque entre índios e os brancos e seus associados ainda estava por vir.

Em fins do século XVII, com o descobrimento de ouro na região do rio Casca, indivíduos das mais variadas origens rumaram em direção das minas movidos pelo sonho do rápido enriquecimento propiciado pela exploração do precioso metal. Áreas até então habitadas por diversos grupos indígenas passaram a ser ocupadas por pessoas que iam desde homens ricos, a sujeitos sem nenhuma posse e até mesmo criminosos das mais variadas categorias.<sup>12</sup>

Multiplicavam-se os povoados próximo às datas de mineração e nos caminhos que culminavam nestas. Algumas vilas logo atingiram destaque, como o caso de Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João D'elrei, Caeté,

---

<sup>12</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. 4. ed. v. 1, Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, pp. 141 -160.

Pitangui, Serro Frio e São José D'elreí. Logo, uma dinâmica comercial se desenvolveu para abastecer esses povoados e aglomerações. Além dos diversos produtos importados provenientes das áreas litorâneas, Minas Gerais começava apresentar uma dinâmica interna produzindo gêneros de primeira necessidade em várias roças.

A Capitania de Minas Gerais passou então a despertar grande interesse ao poder metropolitano c, com o fim de impedir o contrabando de ouro e diamantes, a Coroa determina a proibição do trânsito de qualquer pessoa em áreas não povoadas que margeavam as regiões de atividade mineradora. Deste modo, tentava-se evitar a abertura de novos caminhos que pudessem driblar os registros<sup>13</sup> e as patrulhas subordinadas ao erário real. Somente as vias de natureza oficial poderiam ser utilizadas.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Nos registros eram cobrados os impostos e feitos os controles de entrada e saída de mercadorias e pessoas.

<sup>14</sup> Durante todo o período próspero de exploração aurífera e, mesmo depois, em parte do século XIX, os caminhos autorizados pela Coroa que ligavam a região mineradora ao litoral ficaram conhecidos como "*Estrada Real*", tornando-se o principal eixo de um intenso processo de urbanização. Várias são as crônicas dos viajantes europeus sobre suas andanças nestes caminhos. Devemos considerar o que ficou conhecido como "*Estrada Real*", uma rede de caminhos que se uniam em direção às minas. A "*Estrada Real*" como está convencionada nos dias de hoje visa atender mais a pretensões turísticas do que à pesquisa histórica. O *Caminho Novo*, inaugurado a partir de 1701/1702, desloca o trajeto que ligava as áreas mineradoras à Parati, para o Rio de Janeiro, gerando uma grande economia no tempo dispensado com a viagem. Para saber mais sobre o *Caminho Novo*, ver: VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. Varia, v. 21, p. 181-189, Belo Horizonte: 2000.

Em 1781, um dos personagens mais citados na historiografia brasileira, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi nomeado por D. Maria I, rainha de Portugal, Comandante do destacamento do Caminho Novo com o fim de estabelecer uma variante no trajeto que ligava Vila Rica ao Rio de Janeiro. No mesmo ano, Tiradentes levou a picada até o local onde fora instalado o Quartel de Porto de Meneses, onde ficou responsável pela guarnição do dito caminho. Três anos depois, Tiradentes é indicado pelo Governador para guarnecer as fronteiras a leste da Capitania mineira nos limites com o Rio de Janeiro.

Em função de seu vasto conhecimento acerca dos caminhos que cortavam os sertões do Leste mineiro ou Mata mineira e pelas suas verificações sobre a possível existência de ouro, Tiradentes foi incumbido de impedir o descaminho do ouro e diamantes e proteger as fazendas dos ladrões e assassinos que transitavam por aqueles caminhos.

Várias regiões ficaram conhecidas como “áreas proibidas”. Este foi o caso dos sertões do Leste, espaço que hoje recebe o nome de Zona da Mata mineira. Embora a possibilidade de encontrar riquezas minerais naquele sertão inóspito desafiasse vários indivíduos, impelindo-os a desrespeitar as determinações legais, o medo que provocava a mata impedia as incursões de muitos naquelas terras desconhecidas. Devemos considerar o imaginário daqueles homens do século XVIII, povoado por monstros e índios bárbaros que habitavam aquelas sombrias paragens.

De acordo com Daniel de Carvalho, o efeito psicológico que causava a mata representou um forte embaraço a aqueles que a desafiavam, uma vez que:

*... Pela impressão que a floresta tropical, sombria e lúgubre, ainda causa(sic) nos colonos europeus do século XIX, pode-se imaginar o pavor que infundia aos expedicionários esse mundo desconhecido e misterioso. Não esquecer que eram homens saídos da Idade Média, com as crenças na feitiçaria, na licantropia, nas metamorfoses do diabo, acrescidas das alusões dos índios com seus duendes, sacis e caaporas.<sup>15</sup>*

Diversas eram as dificuldades com que se deparavam aqueles que se embrenhavam no sertão. A natureza era tremendamente hostil. Insetos e animais ferozes, doenças e, sobretudo os índios bravos, causavam maior temor aos homens do que as penas impostas pela Coroa a aqueles que desobedecessem as leis de não incursão nos matos.

---

<sup>15</sup> CARVALHO, Daniel de. *A formação histórica das Minas Gerais*. Direção de José Simeão Leal. Cadernos de Cultura - Ministério da Educação e Cultura, 1956,

A abertura de picadas e vias de comunicação não autorizadas pela metrópole seria considerada pela Coroa como *crime de lesa majestade*, uma vez que, tais passagens poderiam beneficiar o extravio do quinto. Contudo, alguns indivíduos abriam caminhos a revelia do poder metropolitano para dinamizar o comércio, evitar os registros e, para os mais aventureiros, estabelecer permuta com índios coletores de poaia. O historiador rio-branquense Oíliam José descreve os primeiros momentos do devassamento da região dos “matos proibidos”. Segundo ele, apesar da proibição oficial da incursão nos sertões proibidos, negociantes de raízes e plantas medicinais conhecidas como poaia começaram a violar as determinações do Governo.<sup>16</sup> Esta última atividade foi observada nas primeiras incursões dessas áreas e ocupou papel de destaque no processo de destribalização do mineiríndio. No segundo capítulo deste trabalho verificaremos mais a fundo o escambo envolvendo a poaia e a aguardente. Por enquanto voltemos ao estudo da área em questão.

Tornava-se cada vez mais difícil o controle metropolitano sobre o extravio de ouro e, deste modo, a política da Coroa visava manter populações de índios longe do contato com brancos e seus associados, seguindo uma lógica de que a figura do índio poderia amedrontar os indivíduos que na mata adentravam. Para Maria Leônia Chaves de Resende, os índios que habitavam as “áreas proibidas” serviam como:

---

<sup>16</sup> JOSE, Oíliam. Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 27.

*... um cinturão de resistência nos sertões, intimidando a penetração dos contrabandistas, ávidos em explorar as jazidas minerais à revelia do controle metropolitano. Por isso mesmo, o Estado nem sempre se preocupou de fato com a "civilização" dos índios, que, muitas vezes, prestavam melhores serviços na condição de "bestas selvagens"...<sup>17</sup>*

Excetuando os aldeamentos indígenas do Arraial do Presídio de São João Batista e do Pomba, até o ano de 1784, nenhuma medida foi tomada por parte do governo no sentido de ocupar a Mata mineira.

Estando praticamente livres de ações dos brancos, — pelo menos de incursões em grande escala —, as áreas proibidas tornaram-se uma espécie de refúgio para diversos grupos indígenas que ali se situaram. Os índios rumavam para as áreas proibidas a fim de evitar o contato com os brancos e, em alguns casos, fugir de guerras intertribais.

Durante o período próspero da exploração mineral, a Mata mineira ocupou um importante papel como barreira natural contra o contrabando e extravio do ouro. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, com o fim dos trabalhos bem-sucedidos nas regiões de catas auríferas, esse quadro sofreu uma abrupta mudança. Somava-se ao fato de que muitos não conseguiam criar novas formas de subsistência nas áreas mineradoras, a crescente pressão tributária que emanava da Metrópole. Tal ocorrência veio contribuir para um grande êxodo das áreas mineradoras e, com isso, foi

---

<sup>17</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2003. Tese (doutorado) Inédita - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

observada uma inversão na política adotada pela Coroa com relação às áreas inexploradas.

Ocorreu o desvio de um grande contingente de pessoas rumo aos afluentes do Rio Doce, e mais tarde, rumo às áreas fechadas oficialmente. Áreas até então habitadas por “hordas de índios Croato, Cropó e Purí”,<sup>18</sup> além dos belicosos Botocudo.

Ainda em 1764, a ação pioneira da bandeira de Francisco Pires Farinho foi responsável pela criação da Freguesia do Mártir São Manoel da Pomba e Peixe dos Índios Coroados e Coropós. Os índios alcançados pela ação de Pires Farinho revelaram-se pacíficos e, logo, em 1667, acertou-se o trabalho de catequização dos índios levado pelo padre Manoel de Jesus Maria no Arraial da Pomba. Com isso, chegaram multidões provenientes das áreas de mineração e da orla marítima fluminense para a construção das primeiras habitações, onde, em 1811, a missão “civilizadora” dos índios passava às mãos do francês Guido Thomaz Marlière. Deixemos por hora, tanto as ações de Jesus Maria, quanto de Marlière. No próximo capítulo trataremos melhor ambos os casos.

Além de portar maiores recursos que os excursionistas precedentes à sua ação, Pires Farinho empregava métodos brandos, ganhando a confiança dos indígenas do grupo Coroado por meio de doações de quinquilharias. Com

---

<sup>18</sup> JOSÉ, Oiliam. Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1982, p. 26.

este trabalho, Pires Farinho tornou-se Diretor dos indígenas da parte norte dos sertões do Leste.<sup>19</sup>

A Coroa passava a conceder títulos de sesmeiros nas áreas proibidas. Os indígenas que se aliavam aos brancos passavam à condição de “vassalos do Rei”, sendo utilizados como mão de obra em diversas atividades.<sup>20</sup> No entanto, interesses antagônicos e desentendimentos fomentados pelo empenho de alguns indivíduos em ocupar a maior posse de terras possíveis começaram a surgir.

Francisco Pires Farinho, no seu cargo de Diretor dos índios Coropós e Coroatos (sic), responsável pelo aldeamento dos ditos índios, redige uma carta a fim de denunciar *"a ereção de uma nova Capela para apossar das terras dadas aos índios"* na região do rio Pomba. Segundo Farinho:

*... eoutros [referindo-se aos novos colonos] Correrão com as Sesmarias sobre as ditas terras emeterão lhes Sismas dizendo lhes q. as terras q ceandavão medindo q erão do Sup.<sup>1e</sup> enão deles [dos índios] eq. o depois q. oSup.<sup>1e</sup> os avia deos Lançarfora...<sup>21</sup>*

O mesmo Capitão Farinho recebe uma carta de Diogo Carvalho Moraes, detentor de terras na região. Carvalho Moraes questiona o fato do Capitão Farinho:

*... estar diligenciando índios para localizar (sic) na sua sesmaria":  
"Não sei O motivo que Ovm oObriga em Andar delegenciando índios*

<sup>19</sup> JOSÉ, Oíliam. Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 29.

<sup>20</sup> Os índios eram utilizados como agricultores, canoeiros, soldados ou guardas, coletores de drogas do sertão, etc...

<sup>21</sup> *"... terras dadas aos índios..."*. Repare como o indígena passa da condição de verdadeiros donos das terras à condição de invasores. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Vol. VII, Documentos Interessantes, Extraídos do Arquivo Público Mineiro, 1960. pp. 709-711.

*para Os Mandar Cituar nam.a SesMaria que em Nome de Sua Mag.e seme Concedeu e Comformou...*<sup>22</sup>

A doação de terras na região presidiense foi uma medida tomada pela Coroa com o fim de fazer dos novos colonos, colaboradores, além de efetivar a ocupação daquelas áreas. Os sesmeiros do século XVIII tinham um período de dois anos para tornarem as terras produtivas; sob pena de perdê-las caso isto não acontecesse. *"Concedendo essas sesmarias, o Governo tinha a si mesmo na condição de senhor absoluto e incontestado das glebas, desconhecendo, em consequência, qualquer direito do indígena sobre as áreas que ele ocupava desde muito"*.<sup>23</sup> Com isto, tanto as autoridades, quanto os sesmeiros poderiam reagir, até com armas, contra o indígena que passou à categoria de invasor.

Na América portuguesa, as sesmarias se aplicavam *"sobre terras devolutas e publicas, doada para a finalidade única de serem cultivadas..."*, não podendo ser vendidas. Somente após 18 de setembro de 1850, que foi permitido a venda de sesmarias.

Multidões saíram em busca de novas terras com um amplo apoio metropolitano. Segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso, observou-se naquele momento, um grande número de:

*... aberturas de rotas, com seus implementos complementares: a construção de quartéis e destacamentos ao longo dos cursos dos rios*

---

<sup>22</sup> RIHGMG. Vol. VII, Documentos Interessantes, Extraídos do Arquivo Público Mineiro 1960 pp 709-711.

<sup>23</sup> JOSÉ, Oíliam. Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial 1982, p. 41.

*[...] e o aldeamento forçado de grupos Botocudos (sic); abertura de roças às margens dos rios para servirem de ponto de apoio aos viajantes e seus animais; abertura de picadas às margens dos rios; abertura de estradas vicinais e fixação de colonos ao longo das rotas.*<sup>24</sup>

Em 1806, o então *Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais* Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, propõe “... estabelecer pelo menos três destacamentos, ou Guardas postadas...” a fim de patrulhar os portos e margens dos rios, facilitando a entrada “... para o nosso interior... ‘ pois o gentio Botocudo vem atacando os povos “...que confrontam com a Mata Geral de Aquém do Rio Doce no termo da Cidade de Marianna”.”<sup>25</sup>

Ataíde e Mello lembra do estabelecimento de seis presídios pelo seu predecessor, o Visconde de Barbacena, e ainda diz que estes propiciaram “... algumas utilidades “.”<sup>26</sup>

Os destacamentos propostos por Ataíde e Mello seriam estabelecidos no Rio do Peixe, no Rio da Casca e na Barra do Ribeirão Belém. Os gastos da Coroa com a instalação, pagamento dos praças, fornecimento de pólvora e munição, seriam justificados com os tributos dos “... Dizimos, e já no Quinto do Ouro, que se pode extrair em alguns daquelles Rios...”<sup>27</sup>

O viajante Georg Wilhelm Freyreiss descreve uma estratégia dos colonos para legitimar a posse de terras na Mata mineira já nos primeiros anos do século XIX. De acordo com o seu relato:

<sup>24</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia. USP, v. 35, p. 75-90, São Paulo: 1992, p.80.

<sup>25</sup> RAPM. Ano III, Fascículo III e IV, 1898, p. 743.

<sup>26</sup> RAPM. Ano III, Fascículo III e IV, 1898, p. 744.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 744/5.

*Certos indivíduos possuem aqui [nos sertões do Leste] varias léguas quadradas de terras, de eles mesmos tomaram posse, das que o governo lhes concedeu. Porém nisto houve grandes abusos porque cada um se esforçava para obter a maior porção possível, sem se incomodar com a falta de meios de cultivar as terras todas. Mas como o governo tem estipulado que se o proprietário não cultivar as terras dentro do prazo de 3 anos , voltam ela para a coroa, eles cultivam um pouco de milho ou soltam uma meia dúzia de bois para revalidar a posse.<sup>29</sup>*

No início do século XIX, o então ministro do Estado, Conde de Linhares, sabendo da existência de terras férteis em Ubá, “... encarregou o sr. José Rodrigues de partilha-las”. Este último não encontrou grandes empecilhos, pois, a maioria dos índios que ali viviam tinham sido dizimados por doenças adquiridas dos vizinhos portugueses. *“Uma doença de pele, moléstias venéreas, e sobretudo a variola, começaram logo suas devastações entre eles [os índios] e fizeram padecer grande número”*. Os indígenas que restaram rumaram para a outra margem do Rio Paraíba, integrando-se a outras tribo conhecidas genericamente como Coroados. Os índios passaram a viver próximos de Ubá, nas *“florestas vizinhas do Rio Bonito”*. Desde então, foi observado um rápido desenvolvimento na habitação, onde o “... sr. José Rodrigues mandara construir um engenho de açúcar, uma serraria e um moinho de fubá”.<sup>30</sup>

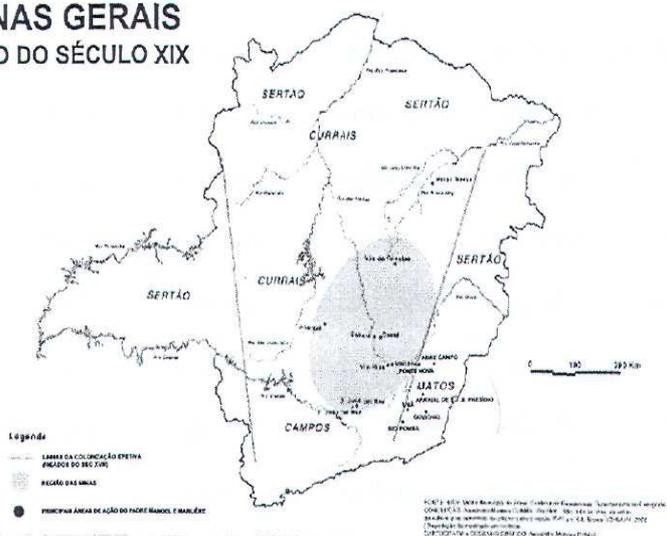
<sup>28</sup> Note que o governo estende de dois, para três anos o período estipulado aos colonos para tomarem a terra produtiva. Embora fosse tarefa quase impossível para poucos homens tornar vastas áreas produtivas, as forças governamentais incentivavam a tomada de áreas originalmente indígenas.

<sup>29</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982, p.54.

<sup>30</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. de Vivaldi Moreira, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975, p.28.

Se durante o período prospero da mineração os sertões do Leste ou Mata mineira representaram uma barreira natural contra os descaminhos do ouro e diamantes, com a queda da produção aurífera, essas paragens passaram a despertar grande interesse na Coroa no sentido de se promover a ocupação e exploração sistemática do local. O que foi observado em seguida foi um grande choque envolvendo de um lado, os brancos e seus associados e, de outro, um mosaico de povos indígenas que ali viviam. Contudo, a ocupação destes sertões não se deu de maneira rápida. Ações militares e de cunho religioso foram utilizadas concomitantemente com a tentativa de promoção de um convívio pacífico envolvendo alguns grupos indígenas e os colonos. No entanto, resposta a aqueles índios que não se associavam aos brancos foi quase sempre o trabalho compulsório por tempo determinado ou o extermínio do seu grupo.

## MAPA I

**MINAS GERAIS**  
**INÍCIO DO SÉCULO XIX**


Adaptado de: CUNHA, Alexandre; GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômica – espacial e regional nos séculos XVII e XIX*. Disponível em: [http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_07.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf) acessado em: 12/05/2006.

## 1.2 - POVOS INDÍGENAS DA MATA MINEIRA

Fugindo do branco e seus associados e de guerras intertribais, os indígenas que se situaram na Mata mineira, encontraram um ótimo abrigo para evitar seus opositores.<sup>31</sup> Mas isso, até os anos que precedem o declínio da produção aurífera. A partir da segunda metade do século XVIII, hordas de migrantes, - ex-mineradores em sua grande parte - rumaram para as até então “áreas proibidas” a fim de usurparem as terras ocupadas pelos índios. O que se observou então, foi um esforço por parte do governo no sentido de se implantar uma lógica de exploração da terra, na qual, o índio deveria servir como mão-de-obra, num sistema de convívio “pacífico” - embora forçado - e não como um obstáculo à fixação dos colonos. Muitos daqueles que não se adequaram à lógica do governo, aqueles “irredutíveis” como eram tratados pelas autoridades da época, pagaram com suas vidas.

Foi no quadro acima exposto que os brancos e seus associados ao rumarem para os Sertões do Leste, se depararam com um mosaico de grupos indígenas. Onde, a vasta diversidade das tribos que ali se encontravam foi resumida de forma bastante genérica a quatro grupos recorrentes, tanto nos

---

<sup>31</sup> Os indígenas que ocupavam a Mata mineira não eram autóctones dessa região. Pressionados pelos primeiros europeus que se instalaram no litoral, sobretudo no litoral fluminense, e de guerras intestinas, deslocaram-se para a área que até os dias de hoje recebe o nome de Mata mineira, e ali viviam longe do contato com os brancos. *"Alguns cativos originários das minas foram transferidos para São Paulo no início do século XVIII, mas somavam poucos, pois grande parte das populações dessa região já havia sido deslocada devido à presença constante de expedições de apresamento desde os anos de 1660. As demais sociedades remanescentes nas imediações das minas desapareceram rapidamente, dizimadas por doenças infecciosas ou deslocadas para áreas ainda não ocupadas pelos brancos"*. MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 210.

relatos de viajantes, quanto em grande parte das fontes escritas na época. São eles: Coroados, Coropó, Puri, e Botocudo<sup>33</sup>.

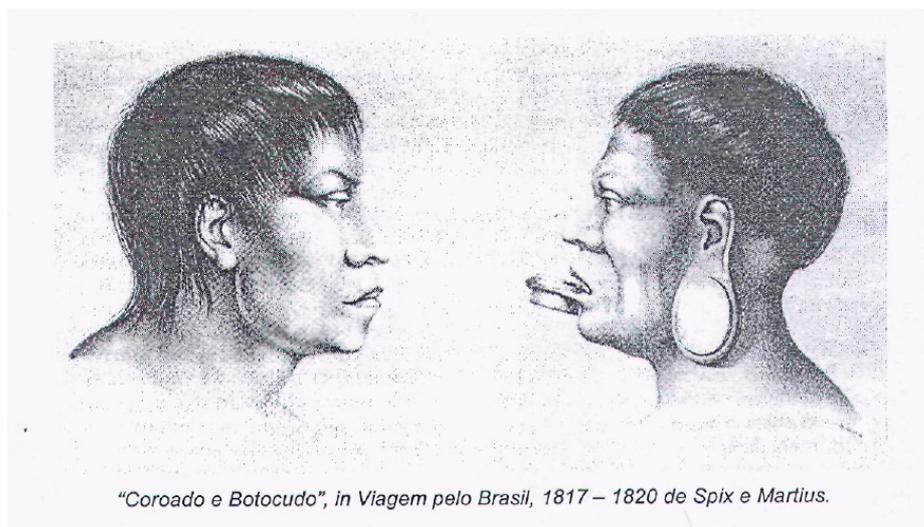
O naturalista Auguste de Saint-Hilaire em uma expedição a Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX descreve - embora com uma visão europeizada e cheia de pré-conceitos - um grupo de índios Coroados habitantes das áreas próximas do Rio Bonito. Segundo o seu relato:

*Pertenciam à tribo mais disforme da natureza encontrada durante minha permanência no Brasil. Aos traços da raça Americana, tão diferente da nossa, acresciam uma fealdade peculiar a sua nação: eram de estatura pequena; sua cabeça achatada em cima e de tamanho enorme, mergulhava em largas espáduas; uma nudez quase completa deixava a descoberto sua repelente sujeira; longos cabelos negros caíam em desordem sobre os ombros; a pele de um escuro baço, estava salpicada aqui e ali pelo urucu; percebia-se através de sua fisionomia algo de ignóbil, que não observei entre outros índios, e enfim, uma espécie de embaraço estúpido que traía a idéia de eles mesmos tinham de sua inferioridade.*<sup>34</sup>

<sup>32</sup> O nome coroados tem origem no costume desses índios de conservarem seus cabelos na forma de uma calota. SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivalde Moreira; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 32.

<sup>33</sup> O nome Botocudo foi atribuído pelos portugueses no século XIX em função do uso de botoques labiais e auriculares por esses indígenas. Também conhecidas como rodela ou imató, esses acessórios foram sendo abandonados pelos indígenas após o contato com o branco. De acordo com um relatório de 1826, "*A mocidade Bolecudá (sic), facilme.<sup>c</sup> abandona este ridículo ornam.<sup>to</sup>, os velhos o não podem por perderem a saliva pela brecha enorme q'. deixa o Imató*". Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XI, Fascículo I, 1906, p. 87. O nome Botocudo também serviu para generalizar vários grupos indígenas do tronco Macro-Jê que eram bravios e utilizavam os adornos já citados. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 1992, v. 35. p. 77.

<sup>34</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivalde Moreira; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 30.



Aliados aos Coroado, estavam os índios Coropó. Estes, segundo Oiliam José: “... *possuíam físico avantajado e usavam machados de pedra maiores que os seus vizinhos purís*”. Ainda para o historiador riobranquense, os Puri faziam parte dos indígenas pacíficos de Minas Gerais. “*Só se defendiam pela Guerra, e muito mal, quando atacados de surpresa ou impedidos de fugir*”<sup>35</sup> Neste ponto algumas impressões de Oiliam José parecem se contrapor com as do viajante Freyreiss. Em primeiro lugar, os Puri não eram vistos pelos brancos como indígenas pacíficos, provocando temor entre os fazendeiros da mata mineira. O relato do viajante reza que, apesar da aparente maneira inofensiva dos índios Puri para com os fazendeiros, os portugueses temiam esses índios. Um morador de Santana dos Ferros confessa que “... *ele nunca caçava no outro lado do rio*”, lugar onde se encontravam

<sup>35</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 23-4.

vagando os indígenas da tribo dos Puri e, mesmo o diretor dos índios tendo “... *amansado 500 Purís (sic) e os domiciliados em lugares determinados*”, os moradores de Santana ainda evitavam o contato com os índios. Como solução para esse quadro, o comandante (?) propôs que “*se devia levar-lhes a varíola para acabar com eles [os índios] de uma só vez, porque a varíola é a doença mais terrível para essa gente*”. Em segundo lugar, afirmava Freyreiss “... *que os Purís são sempre os mais fortes do que os Coroados [...] e o arco de um Puri, nenhum Coroado pode armar*”.<sup>36</sup> Assim foi narrado o quanto um Puri era mais forte que um Coroado. A possível superioridade dos Coroado sobre os Puri, descrita por Oiliam José, parece verdadeira somente se considerarmos a superioridade numérica daqueles em relação a estes, e não as condições físicas e materiais de ambos os grupos. Freyreiss notava que os Coroado são considerados mais poderosos que os Puri; uma vez que, no caso dos primeiros, somados às mulheres e crianças, chegam a 2.000 indivíduos, enquanto, os segundos não passam de 500.<sup>37</sup>

Essa informação de Freyreiss parece desconsiderar vários aldeamentos arrolados no mapa de Marlière, levando-se em conta, somente os Puri aldeados nos Bagres (Guiricema) e Manoel Burgo ou Muriaé.<sup>38</sup> Somando todos os Puri aldeados em 1828 sob o comando de Marlière, tem-se o numero

---

<sup>36</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Rd. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 78-102. <sup>37</sup> *Idem* p. 82.

<sup>37</sup> De acordo com Oiliam José, estes foram os primeiros aldeamentos de índios Puri na mata mineira. JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: imprensa Oficial 1982. p. 22.

de 3.300 índios.<sup>39</sup> Contudo, nesta data a ação de Marlière já atingia a Bacia do Rio Doce.

Devemos lembrar que em nossa pesquisa, podemos nos valer apenas dos números apontados pelas autoridades, pelos viajantes naturalistas e, em alguns casos, por aqueles membros de armações destinadas a dismantelar grupos indígenas. Além do mais, sendo os Purí índios volantes, que de acordo com vários relatos, foram menos afeitos a se instalarem em pousos fixos, torna-se um grande desafio conhecer o seu verdadeiro contingente.

Os Purí deslocaram-se do litoral fugindo de seus inimigos naturais, dos primeiros colonizadores e das entradas de apresamento. Ainda na segunda metade do século XVII, já temos relatos de sua escravização por armações paulistas. John Manuel Monteiro cita um documento onde:

*O capitão Antonio Raposo Barreto, de Taubaté, escrevendo a um correspondente comercial no Rio de Janeiro, em 1680, expressa o receio de perder os quarenta escravos (possivelmente purí) que seu filho tinha trazido da Serra da Mantiqueira, já que estes sofriam de um surto de gripe.*<sup>40</sup>

O nome Botocudo, atribuído pelos portugueses no século XIX em função desses indígenas usarem botoques labiais e auriculares, serviu para generalizar vários grupos indígenas do tronco Macro-Jê que eram bravios e

---

<sup>39</sup> Mappa Fazendo conhecer os Aldeamentos das diferentes Tribus da Província de Minas Geraes. Seu local, População, seu aumento ou decadência, e as causas. In; RAPM. Ano XII. 1907/1908, p. 498s

<sup>40</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 85.

utilizavam os adornos já citados.<sup>41</sup> De acordo com Oiliam José; Gacnun, Machali, Maconi, Malali, Nacnuque, Pojicha e os Quejaurin, representavam o grupo Botocudo nas florestas dos rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus. ‘... *esses agrupamentos abrangeriam, ainda, como subdivisões, os indígenas Aranas, Catolés, Crenaques, Giporoques, Honarés ou Noretas, Pataxós, puruntuns ou Peruntins, entre tantos outros*’.<sup>42</sup>

Os índios Botocudo, por sua ferocidade e relutância ao processo de aldeamentos, se configuraram em um sério empecilho ao avanço da colonização da Mata mineira. Por isso mesmo, o governo tomou medidas para que fosse criado um ambiente menos hostil aos colonos e, ao mesmo tempo, empregou meios para reduzir os Botocudo aos trabalhos; atuando nas fazendas, na coleta de poaia ou na navegação dos rios. Viviam em pequenos grupos nômades, e em função disto não eram recorrentes os aldeamentos envolvendo bandos destes índios. Marlière, em 20 de janeiro de 1828, relatava a dificuldade imposta pelo caráter nômade dos Botocudo:

*Para que o meu Mappa podesse servir efficazmente a Estatística da Província seria necessário dar hum numero approximativo dos Botocudos que afluao às Aldeãs formadas desde 1823, mais he trabalho este mais difficil do que contar os habitantes de hum formigueiro, emquanto pelo decurso do tempo, e a fixidade delles mais determinada, não poder alcançar por via dos sub-Directores, e de Instruçoens que em consequência lhes dirigir o resultado dezejado, o qual Communicarei á V. Exfca logo que possível for.*<sup>43</sup>

<sup>41</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 1992, v. 35. p. 77.

<sup>42</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 15-16. Aqui foi mantida a forma escrita pelo historiador citado.

<sup>43</sup> Mappa Fazendo conhecer os Aldeamentos das diferentes Tribus da Província de Minas Geraes. Seu local, População, seu aumento ou decadência, e as causas. In: RAPM. Ano XII. 1907/1908, p. 498s.

A Carta regia de 13 de maio de 1808<sup>44</sup> decretava "*guerra Ofensiva contra os Botocudos Antropófagos*". A partir de tal documento, estava reaberta legalmente a escravização indígena. Grupos inteiros de Botocudo foram dizimados ou reduzidos aos aldeamentos compulsórios. Somente em 1831 a fúnebre Carta Regia foi abolida, quando grande parte desse grupo já estava reduzida aos aldeamentos ou aniquilada. Essa eliminação dos Botocudo foi justificada pela visão de que Tais indígenas "...eram incivilizáveis e refratários aos meios brandos de relação". Soma-se ainda, a necessidade de se levar a "paz" à região. Clima extremamente necessário para que o desenvolvimento e progresso fossem alcançados.<sup>45</sup>

A sistemática supressão do mineiríndio não pode ser entendida apenas pelos efeitos degradantes da aguardente, do choque microbiano, do cativo e do brutal extermínio de suas populações. A questão agrária foi um fator teve grande importância para a redução desses povos. Inúmeros processos foram utilizados pelos brancos a fim de tomarem posse da terra que pertencia, por direito, aos indígenas da Mata mineira. Contudo, muitos índios valeram-se de elementos do "mundo civilizado", inserindo se no universo colonial. Alguns acionaram a justiça a fim de obterem o reconhecimento de sua identidade indígena e, assim, deixarem a condição de cativos, outros assumiram até mesmo cargos públicos e postos de comando em destacamentos militares.

---

<sup>44</sup> Carta Regia 13 de maio 1808 declarando guerra ofensiva aos *Botocudos Antropófagos*. Disponível em: [www.brown.edu/facilities/john\\_carter\\_brown\\_library/cb/](http://www.brown.edu/facilities/john_carter_brown_library/cb/) acessado em 10/09/2005.

<sup>45</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*, In: Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 1992, v. 35. p. 83.

Deve-se atentar para o fato de que a resistência indígena nem sempre era "*exterior e oposta à sociedade dominante*" <sup>46</sup> e que o processo de re-elaboração cultural empreendido pelos indígenas deve ser considerado.

A forma genérica como "índio" ou "gentio da terra" e outras varias categorias, acabou por encobrir grandes distinções culturais. Contudo, ainda diante de uma "*... situação de dicotomias entre brancos e pretos, livres e escravos, ou imiscuída entre os mestiços e pardos, o auto-reconhecimento da condição indígena foi um esforço de garantir uma distinção*". Mesmo ao considerarmos que vários pesquisadores acabaram por reproduzir o "*... estereótipo colonial...*", como bem frisou Maria Leônia Chaves de Resende, os indígenas mineiros buscaram sua distinção dentro "*... daquela sociedade escravista*".<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*. Campinas, SP: [s.n.], Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2003, p.162.

<sup>47</sup> Idem, p.163.

### 1.3 - ALGUNS TRAÇOS DA CULTURA E PRODUÇÃO MATERIAL DO MINEIRÍNDIO

Nos valendo dos relatos de alguns viajantes naturalistas e de historiadores que trataram da Mata mineira - sobretudo da região presidiense -, pretendemos descrever, mesmo que de maneira sumária, alguns traços da cultura e produção material dos povos indígenas nas primeiras décadas do XIX ali observados. É claro que não temos a pretensão de traçar aqui um estudo de grande fôlego, pelo contrario, pretendemos tão somente ampliar o entendimento do leitor acerca dos usos e costumes das sociedades indígenas tratadas nesta pesquisa.

Dos diversos povos que habitavam a Mata mineira, os Coroado foram os mais observados e descritos pelos viajantes. Este fato se deve sobretudo, em função de que os indígenas do grupo Coroado foram aqueles menos relutantes ao processo de aldeamentos e que primeiro se associaram aos brancos na região do Arraial do Presídio.<sup>48</sup>

O naturalista Auguste de Saint-Hilaire, descreveu a industria dos Coroado que ele havia observado. Nas suas palavras:

*Fazem, com muita arte, arcos e flechas; sabem tirar estopa dos ramos tenros da ceceopia (embaúba), e com ela fabricam redes e um tecido cruzado bastante forte, porém grosseiro, de que fazem calções que apenas descem até os joelhos: a isso se limita toda a sua industria. Às*

---

<sup>48</sup> Hoje Visconde do Rio branco.

*choças não são mais que uma espécie de latada muito mal construída, alta de cerca de quatro pés, e coberta de folhas de palmeira.*<sup>49</sup>

Oiliam José ainda nos diz que os Coroado usavam machados de pedra -provavelmente não com finalidade bélica - maiores que os utilizados pelosPurí. Segundo Oiliam, os Coroado ao serem aldeados, conheceram uma agricultura rudimentar e acabaram por centrar suas atividades na catança e no comércio da poaia.<sup>50</sup>

Georg Wilhelm Freyreiss observou pouca diferença entre os indígenas brasileiros. Para o viajante, distinguem algumas tribos antropófagas pelo uso de pedaços de madeiras no lábio inferior e nas orelhas.<sup>51</sup> São de estatura geralmente média, cor pardo-amarelada, cabelos lisos e pretos e o olho um pouco oblíquo, também pardo escuro. *"As formas de seu corpo não são graciosas porque o ventre é geralmente saliente, a cabeça grande e as pernas magras"*. Também são desprovidos de pelos *"... na cara, nos genitais e nos sovacos, o índio ainda bravo anda "... completamente nu"*.

Entre alguma tribo os homens *"costumavam amarrar o prepúcio por fora da glândula, alegando que isso impede a entrada dos insetos"*. Já as mulheres, salvo em raras exceções, nunca têm mais de quatro filhos e, logo após nascida uma criança indígena, a mãe se dirige para a água próxima,

---

<sup>49</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivalde Moreira; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p.32.

<sup>50</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 23.

<sup>51</sup> Estes indígenas eram genericamente chamados de Botocudo.

geralmente um rio, onde procede à necessária lavagem corporal. Varias testemunhas confirmaram, de acordo com Freyreiss, que o pai se finge de doente, permanecendo vários dias deitado na rede.<sup>52</sup>

A mulher indígena se ocupava com todos os trabalhos domésticos. A ela cabia transportar a caça abatida pelo homem e coletar as raízes e os frutos, enquanto o homem levava o arco e as flechas. Ainda era encargo da mulher buscar a lenha e água.

Uma aldeia indígena visitada por Freyreiss nas proximidades de São João Batista (provavelmente de nação Coroadó) se compunha de *"três ou quatro cabanas baixas, de palha"*. Seu acesso se dava por *"... um trilho estreito..."*, e estas estavam distantes umas das outras, horas de viagem.<sup>53</sup>

As cabanas de palha dos indígenas aldeados eram construídas na maioria das vezes da mesma maneira: *"... uma vara alta firmada no chão forma o centro e da parte superior dela partiam outras varas sobre as quais amarrava-se a palha formando assim um cone. Os arcos, as flechas e alguns potes de barro constituíam toda a mobília"*<sup>54</sup>.

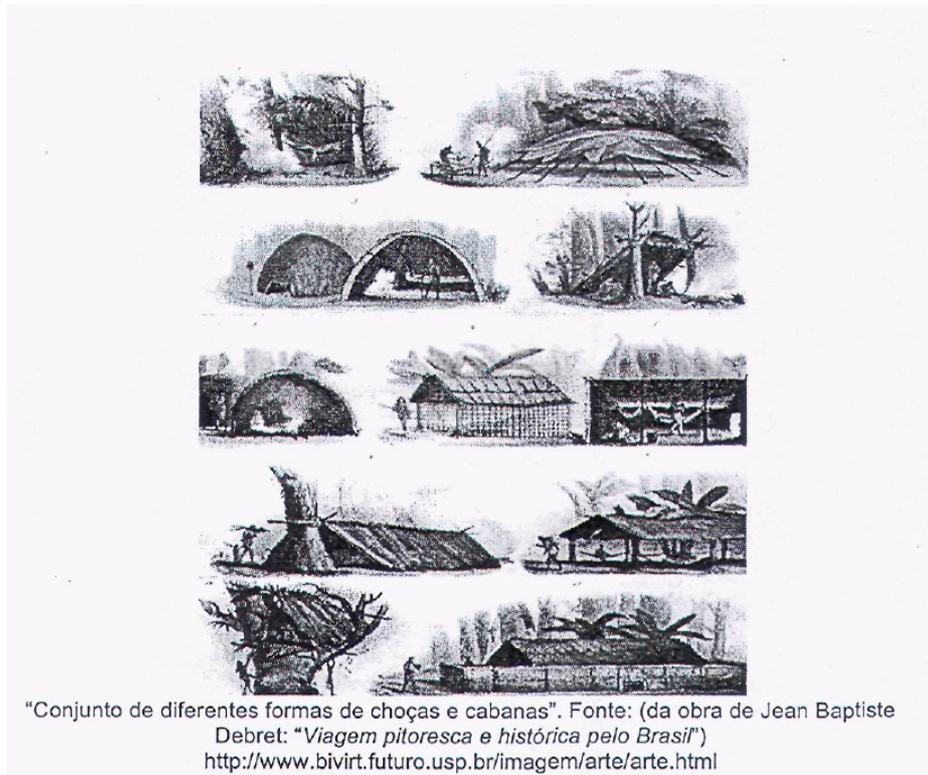
---

<sup>52</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 84.

Não devemos empregar a descrição de Freyreiss a todos os índios brasileiros. É bem provável que os indígenas observados pelo viajante se restringiam aos aldeados ou à aqueles que viviam próximos aos aldeamentos das regiões das minas, área frequentemente visitada pelos naturalistas do século XIX

<sup>53</sup> *Idem*. p. 86.

<sup>54</sup> *Idem*. p. 88.



Freyreiss ainda fala da domesticação de animais nas aldeias, contudo, parece haver aqui um certo equívoco. Nenhum outro registro nos indica tal fato. Os índios, não só mineiros, mas também todos os demais grupos do Brasil não eram afeitos à domesticação de animais - pelo menos antes do contato com o europeu. Não se valiam deles para obter alimento ou para transportar carga. Os animais observados nas tribos que mantinham costumes pré-cabralinos eram, no mais, adestrados. Usados como companhia geralmente. Se foi observada a prática de domesticação de animais, esta foi

introduzida pelos brancos, portanto, não pode ser entendida como um costume genuinamente indígena.<sup>55</sup>

Os remédios utilizados pelos indígenas eram buscados no reino vegetal. Embora tivessem grande eficácia contra uma serie de doenças, os remédios de que se valiam os índios eram praticamente ineficazes contra as epidemias introduzidas pelos brancos e, sobretudo contra a varíola, responsável pela morte de um imenso contingente de índios.

Ainda existia entre os índios a “... *idéia de respeito de imortalidade da alma...*” pois eles depositam as armas no túmulo de seus mortos e “... *como dizem: [é para] usar lá em cima*”. Em seu ritual fúnebre, os Coroados, após quebrarem todos os ossos do cadáver, colocam-no nos recipientes usados para o preparo de sua bebida de milho fermentado (o verú). O chefe de família é enterrado, por ordinário, no centro da cabana em que vivia e em seguida os demais abandonam o local. Os índios, por acaso, voltam ao local onde estão enterrados os seus mortos e “... *testemunham a sua lembrança deles por altos gritos e lamentos*”.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Em nenhum momento estamos questionando a validade da possível assimilação de tal prática (da domesticação de animais). Pelo contrário, acreditamos que devemos entender o conceito de cultura como algo extremamente dinâmico e, assim, os indígenas têm a liberdade para se apropriarem dos usos e práticas que lhes forem mais convenientes. Desta forma, pretendemos apenas esclarecer alguns pontos acerca das transformações ocorridas com a intrusão européia.

<sup>56</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 96.



Os indígenas da Mata mineira fabricavam uma bebida que chamavam *verú*. Segundo o relato do viajante Freyreiss:

*As mulheres assentam-se em circulo e mastigam com grande presteza o milho que depois de bem triturado é cuspido dentro de um pote grande em pé no meio delas. Durante um a dois dias continua essa mastigação até que a quantidade suficiente esteja preparada. Neste milho mastigado e misturado com saliva, põem ainda água e deixam tudo fermentar, depois do que decantam o liquido que se parece com cerveja fraca e começa a festança.<sup>57</sup>*

---

<sup>57</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 102.

Um outro traço recorrente em diversas sociedades ameríndias e o de procederem à execução dos recém nascidos portadores de qualquer defeito físico ou anomalia. Talvez por isso, não são encontrados indivíduos débeis nas suas sociedades.

Embora os registros oficiais nos mostrem um número bem equilibrado entre homens e mulheres, a pratica da poligamia também é recorrente entre os índios da Mata mineira. Tal pratica foi veementemente combatida pelos “civilizadores”, sobretudo pelos religiosos, como o padre Manoel de Jesus Maria.

A antropofagia não foi observada entre os Coroados, porem, estes praticam um ritual bem peculiar que chamou a atenção de Freyreiss. Em suas palavras:

*quando matam algum inimigo, de ordinário um Purí, levam consigo para a cabana um braço do cadáver, como uma espécie de trofeu da vitória. Chegados em casa arranjam uma festa na qual se regalam com a bebida predileta que fabricam fermentando o milho e que é servida em grandes potes de barro, cujo fundo pontudo está enterrado no chão. Neste pote colocam o braço do inimigo morto e cada um; por sua vez, tira-o de vez em quando do pote para chupar a extremidade cortada.<sup>58</sup>*

Os conflitos intertribais envolvendo vários grupos indígenas eram movidos principalmente pela vingança , uma vez que os índios eram

---

<sup>58</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p. 92.

<sup>59</sup> Em duas bandeiras punitivas organizadas por Marlière em 1814/15, que visavam dar apoio aos coroados contra os Purí bravos, observou-se que “... o resultado da 1ª foi hum pequeno Combate, entre huns, e outros em que morréo hum Purí, e ficou flexâdo um Portuguez. O resultado da 2ª foi mais eficaz porque os Coroados levarão a **vingança** à hum exesso q' não esperava: mataram o Chefe dos

desprovidos da idéia de propriedade. Geralmente viviam da caça, pesca e coleta, não se preocupando em acumular nenhum excedente. Contudo, foram observadas ações de guerras ofensivas por parte dos Botocudo que, por sua vez, não eram apenas movidas pela vingança. Mas por outro lado, visavam desestruturar as incursões de opositores em suas áreas. No capítulo três ampliaremos essa discussão.

Quanto ao complexo guerreiro; este era fundamental para a manutenção da memória de um determinado grupo, pois os índios mais velhos constantemente lembravam os membros de seu grupo dos feitos de seus valentes guerreiros predecessores.<sup>60</sup>

Embora em muitos relatos o índio é descrito como portador de “repugnante sujeira”, como o já descrito por Saint-Hilaire, o asseio do corpo dos índios brasileiros era superior ao dos europeus aqui chegados em 1500.<sup>61</sup> Prova disto foram os diversos pedidos de Marlière para se fazer os aldeamentos mineiríndios próximos aos cursos d'água, visto que deste modo os trabalhos de “civilização” alcançariam maiores resultados.

Com a intrusão dos colonos na Mata mineira, ocorreu uma desorganização de caráter social e econômico entre os grupos indígenas que

---

*Puris chamado Igir, e me trosuserão(sic) os despojos delle, e vários pares d'Orelhas do inimigo vencido ~ intentando eu por fim à essa Guerra desastroza, e repugnante - mandei Offerecer a paz aos Puris pelo modo usitado entr 'os Índios, o qual he pendurar nas suas picadas mallócas de Espigas de Milho: quando o que quer a paz come o Milho, então ella está feita; aliás o deixa ficar...*”  
Correspondência de Guido Thomaz Marlière, RAPM. Ano XII, 1907/1908, pp. 526-7.

<sup>60</sup> MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 26-28.

<sup>61</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal.*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso.- 47ª ed. Ver. - São Paulo: Global, 2003, p 181.

ali viviam. O equilíbrio entre indígena e natureza passa a ser desfeito. Contudo, o processo de assimilação cultural não é apreendido apenas por parte dos brancos. O mineiríndio, muitas vezes irá se valer de diversos elementos do “mundo civilizado” a fim de manter sua sobrevivência.

## 2. - IMPORTANTES ESTRUTURAS DESTRIALIZANTES

### 2.1.- PROJETO DE CATEQUESE DO GOVERNO E A PROPOSTA DO PADRE MANOEL DE JESUS MARIA

*"Nascido na Freguesia de Santo Antônio da Caza Branca, filho natural de João Antunes e de Maria de nação Angola..."*<sup>62</sup>, o padre Manoel de Jesus Maria prestou grande serviço ao governo no que diz respeito ao "amansamento" dos indígenas na Mata mineira, abrindo caminho para a colonização dessa área. Seus esforços tiveram ocorrência, principalmente, nas áreas correspondentes ao Rio Pomba e ao Chopotó dos Coroados.

O trabalho do padre Manoel preparou caminhos para mais tarde, Guido Thomaz Marlière, traçar sua ação entre os índios Coroado e Coropó que já se encontravam "pacificados" e integrados aos brancos e seus associados.

Em função dos recorrentes embates envolvendo armações exploradoras e índios Coroado e Coropó da região do Rio Pomba, tais indígenas acabaram por se tornar inimigos dos brancos. E não era pra menos, já na primeira metade do século XVIII, o Capitão-Mor, Luís Diogo Pinto, saindo de Guarapiranga, explorou a área em busca de cativos indígenas ao longo de três anos. Aqueles que ofereceram resistência foram mortos. Em 1750, o Capitão Inácio de Andrade deu continuidade ao trabalho de apresamento indígena. *"Afiml, ao que parece, operou-se uma reviravolta na maneira de encarar a atuação junto àqueles selvagens"*. O então General da Capitania de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, em um pedido ao Cabido de Mariana,

---

<sup>62</sup> Processo de Habilitação *De Genere, Vitae et Moribus*. AEAM, Armário 09 - pasta 1576.

conseguiu que o padre Manoel de Jesus Maria rumasse para os matos com o fim de cativar os indígenas.<sup>63</sup>

Embora alguns poucos índios já se encontrassem aldeados, fruto do trabalho pioneiro de Francisco Pires Farinho, o padre Manoel teve que iniciar sua empreitada vagando pelos "matos", pois os indígenas não se encontravam em "aldeamento serio ou numeroso...". Era urgente agrupar os índios em pousos fixos para posteriormente catequiza-los e, de acordo com as autoridades da época, "civiliza-los". Com isso, criava-se um clima propício e, extremamente necessário para a execução do projeto do governo voltado para a Mata mineira na segunda metade do século XVIII: a "domesticação" do mineiríndio, seguida do devassamento e exploração sistemática das áreas até então tidas como proibidas.

De acordo com Oiliam José:

*Na localidade do Rio Pomba, além de desempenhar sua missão sacerdotal, ministrava ensino elementar às crianças, uma das quais veio a ser o primeiro padre indígena de Minas Gerais, Padre Felipe da Motta, que fez seus estudos no Seminário de Mariana e foi o primeiro vigário de São Jose do Paraopeba (Tcantins).<sup>64</sup>*

Além de consolidar a nascente freguesia do Presídio, o padre Manoel catequizou e "civilizou" muitos dos índios que ali se encontravam: Coroado e Coropó. Também se esforçou para que se abrissem caminhos ligando o Arraial

---

<sup>63</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. p. 411-412.

<sup>64</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 39.

do Presídio ao Rio Pomba e “... *através dele ao mar, na foz do Paraíba do Sul*”.<sup>65</sup>

Atendendo a vontade do General da Capitania de Minas Gerais, Luiz Diogo Lopo da Silva, o padre Manoel de Jesus Maria entra para o “*Certão dos Matos*” a catequizar os índios Coroado e Coropó e cria a Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe. Jesus Maria se achava na condição de primeiro morador da dita freguesia, e lembrava que os demais habitantes só se instalaram na mesma após “... *verem que os ditos índios não dezatendião ao suplicante [o padre] porque diantes pela mortandade que haviam feito ninguém se animava adár hum passo adiante...*”. O padre também reclama “*dízimos*” e recursos, justificando os mesmos dizendo que: “... *os índios Croatos foram muito bravos, etem o Suplicante conservado os ditos índios Cropos, e Croatos, em huma Continuada paz...*”. Ele recorre à Real Fazenda pedindo recursos a fim de vestir e dar sustento aos meninos índios que estavam sendo “civilizados”. Jesus Maria diz que alguns indígenas “... *sahirão da Casa do suplicante sabendo bem ler e escrever e Assentarão Praça no Regimento Pago...*”<sup>67</sup>

O negocio parecia promissor... as cõngruas oferecidas aos padres que faziam o trabalho de catequizaçãõ sem duvida motivaram muitos a se

---

<sup>65</sup> Esta via se mostrou importante pois, era através dela que se escoavam os poucos produtos da região rumo aos empórios comerciais fluminenses. Também por esse caminho térreo-fluvial entravam mercadorias advindas do litoral, como: “... *sal, tecidos, pequenas ferramentas, bebidas, carne salgada, medicamentos e quinquilharias*”. JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial], 1982. p. 39-40.

<sup>66</sup> Hoje Rio Pomba. Ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geografico de Minas Gerais*.

<sup>67</sup> RAPM, Ano III, fascículo IV, 1898. p. 761-2.

embrenharem nas matas. E não era só isso, vastas áreas que antes pertenciam aos índios eram empossadas pelos padres civilizadores.

De acordo com Rafael de Freitas e Souza, os padres ao se fixarem entre os índios, tinham interesses que se somavam à conversão religiosa. Eram também movidos “... *por razões econômicas, tais como: recebimento de cômmodos e exclusividade sobre os novos cristãos e índios da região*”.<sup>68</sup>

Para o padre Jesus Maria, o não atendimento da Real fazenda “... *com algum vestuário...*” vinha propiciando o abandono dos índios aldeados e em processo de pacificação. Os indígenas, junto de alguns negociantes, iam para o sertão a procura de ervas medicinais (poaias), a fim de fazerem alguma permuta, geralmente pretendiam adquirir aguardente dos brancos. O padre ainda reclamava ter que arcar com a manutenção da escola, de sua própria proteção, alimentação e vestes dos índios:

*...como Deus Omnipotente que tudo pode, sustentou a quase acinco mil homens com cinco Paes e dois Peixes, e houve grande Sobra, porem o suplicante que he miserável Creatura lhe foi preciso procurar meyo para ajuda de poder pagar despesas tantas....*<sup>69</sup>

Reclamava ainda sobre as despesas com a compra de escravos para o cultivo da terra e o gasto dos gêneros que plantava com os índios que vêm povoar a freguesia do Pomba. Segundo o padre, a produção ainda era

---

<sup>68</sup> SOUZA, Rafael de Freitas e. *A revolta dos Puris: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata Mineira no primeiro quartel do século XIX*. Revista de Ciências Humanas, v.3, n.1, p. 53-64, jul, 2003. p. 55.

<sup>69</sup> RAPM, Ano III, fascículo IV, 1898. pp. 762-4.

complementada com importações pagas por ele, e que ele mesmo teve que vender suas terras para custear a catequização do gentio e povoar a região.

Como já sabemos, a venda de sesmarias era proibida, contudo, Jesus Maria justificou a venda de terras na referida freguesia dizendo que elas foram “... feitas a benefício da Cathequizaçao dos índios...” e que era comum os roceiros assentarem posses nas terras dos povos indígenas e que muitos colonos desejam “... que se destruam os índios, e se lhe repartão as suas Terra, e dezejam que Vossa Alteza Real os declare Captivos...”.<sup>70</sup>

Se não era ação legal a venda de sesmarias, qual outra forma de as vende-las? A resposta parece estar em um pedido de Jesus Maria ao governo metropolitano. O registro mostra que: “... o suplicante [o padre], repugnava Conceder Sesmarias em terras de índios...”, e assim, pede mercê ao Rei de Portugal no sentido de possuir a terra em que plantava sem o título de sesmaria.

Durante os quarenta e quatro anos em que viveu entre os índios, Manoel de Jesus Maria obteve grande sucesso ao “amansar” um grande contingente de índios então bravos nos sertões do Pomba e imediações. O que se viu em seguida, foi um grande fluxo de migrantes rumo às ditas áreas. A partir daí, foi se irradiando o assentamento de roceiros na Mata mineira. Quando o padre veio a falecer, em três de dezembro de 1811, o Arraial do Pomba “...já não era muito pequeno...”. seu sucessor, o Cônego José

---

<sup>70</sup> RAPM, Ano III, fascículo IV, 1898, p. 764.

<sup>71</sup> *Idem.*

Bonifácio Duarte, veio assumir a paróquia em 1813 e ali permaneceu até 1838.<sup>72</sup> A essa altura, o francês Guido Thomaz Marlière já havia ampliado em muito o intento do governo no sentido de ocupar a Mata mineira, chegando às *"hordas dos belicosos Boíocudo"* na Bacia do Rio Doce.

---

<sup>72</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. p. 411-412.

## 2.2 - AÇÃO CIVILIZADORA DE MARLIÈRE

Nascido na França, em 3/9/1767, Guido Thomas Marlière, aos 18 anos já havia se ingressado no exército e viria lutar na Revolução Francesa defendendo Rei Luiz XVI. Após a derrota, Marlière passa para a Inglaterra e em 1796 alia-se ao exército português. Em Portugal, participou de campanhas militares contra a Espanha no ano de 1801 a 1802. Casou-se com Maria Victória ainda em terras lusitanas. Transferido para o Brasil, desempenhou importante papel no devassamento da área conhecida como sertões do Leste ou Mata mineira, ao “amansar” os indígenas bravios daquelas paragens.

Temos poucos relatos da vida de Guido Thomas Marlière antes que este chegasse ao Brasil e, segundo Oiliam José, referindo-se à sua fuga de Portugal, Marlière, “... temeroso de represarias por parte das tropas de Junot, que avançavam sobre a Metrópole Lusa, conseguiu incluir-se na comitiva imperial de D. João e chegar ao Rio de Janeiro, em 1808”.<sup>73</sup> Ainda para Oiliam:

*O bom conceito em que Marlière era tido no Exercito luso fê-lo um dos componentes da atribulada expedição de fugitivos que trouxe, em 1808, ao Brasil a Rainha enlouquecida e o acovardado Príncipe-Regente D. João.*<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 55-56.

<sup>74</sup> JOSÉ, Oiliam. *Marlière, o civilizador: esboço biográfico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1958. p. 20.

Após permanecer três anos no Rio de Janeiro, passou a Vila Rica, quando então, sob suspeita de ser um espião de Napoleão Bonaparte, foi preso em 19 de junho de 1811.<sup>75</sup> Considerado inocente, retornou à Vila Rica e, no ano de 1813, seu pedido de trabalhar junto aos índios foi atendido. Ao lado da esposa, Marlière começou sua obra na Paróquia de São João Batista do Presídio, com a finalidade de apaziguar os conflitos entre os indígenas e brancos. No mesmo ano, foi nomeado Diretor Geral dos Índios da Freguesia de São Manoel do Pomba, de São João Batista e Aldeias anexas.

No Presídio de São João Batista, Marlière promoveu a pacificação e o aldeamento de inúmeros indígenas, lutou contra o uso indiscriminado de aguardente entre os índios, como consta em sua correspondência oficial e tomou providências para a abertura da estrada para Campos dos Goitacases, ligando o Presídio a Campos, na província do Rio de Janeiro.<sup>76</sup> Marlière ainda cuidou da educação elementar na região do Presídio e do Rio Pomba, solicitando ao Príncipe Regente a criação de uma sala de primeiras letras para as crianças indígenas.

O contato com os indígenas do grupo Purí revelou-se bem mais difícil do que aquele promovido com os Coroado e Coropó, - estes, já em franco andamento com os trabalhos do padre Manoel de Jesus Maria nas imediações

---

<sup>75</sup> Devemos lembrar que, em Vila Rica, o clima de temor provocado pela demonstração de poder do domínio português, quando tivemos a *Devassa da Inconfidência Mineira*, ainda fazia com que as autoridades locais viessem a desconfiar de qualquer um que pudesse prover *Crime de Lesa Majestade*, sobretudo, quando se tratava de um indivíduo francês, odiados em Portugal e suas colônias “... desde que Napoleão Bonaparte ordenou a marcha de Junot sobre a Metrópole lusa”. JOSÉ, Oiliam. *Marlière, o civilizador: esboço biográfico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1958. p. 24.

<sup>76</sup> Esta estrada detinha grande importância, pois, permitia que os presidienses se comunicassem e comerciassem com a Baixada Campista e o vizinho litoral fluminense.

do Pomba e Presídio. Prova disto é a confissão de Marlière de ter enviado duas expedições punitivas aos Purí então bravios.<sup>77</sup> Somente no ano de 1819, que foi estabelecida a paz entre os Coroado e Purí e, daí em diante, pode-se também aldear estes últimos.

Sobre os Purí em processo de aldeamento, temos algumas reflexões de Marlière:

*... no q.' respeita a nova Nação dos Purís na sua primeira Aldeação se podem mandar ensinar Off<sup>os</sup> mecânicos; e o mesmo P.<sup>e</sup> q.' V. M. J. for servido Mandar p.<sup>a</sup> Capellão será obrigado a ensinar-lhes a ler, escrever p.<sup>a</sup> melhor conhecerem a palavra de D.<sup>s</sup>, e aproveitarem as Almas dos innocentes e a cada homem dar-se hum maxado, foice, e enxada para os admittir ao trabalho e fazerem cada hum suas plantações p.<sup>a</sup> suas familias p.<sup>r</sup> q.' desta forma se evitará as despezas q.' em principio do aldeam.to não se podem despensar.<sup>78</sup>*

Marlière permaneceu até 1816 no Presídio de São João Batista - núcleo inicial de sua atuação -, onde foi promovido a Capitão da 4<sup>a</sup> Companhia de seu Regimento, transferindo seu quartel logo em seguida para a Serra da Onça (hoje entre Guidoal e Dona Euzebia). Sua ação entre os índios da Mata mineira alcançou grande resultado, amansando-os e tornando assim, aquelas áreas propícias à ocupação dos colonos.

A partir de 1819, Marlière amplia seus trabalhos de “civilização” até as florestas inóspitas dos vales do Rio Doce e Jequitinhonha, então habitadas pelos temidos Botocudo. Em função do êxito de seus esforços, apaziguando os

<sup>77</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908, pp. 526-7.

<sup>78</sup> RAPM. Ano X, p. 440.

embates entre índios e colonos, em 1824, foi elevado a Diretor-Geral dos índios de Minas Gerais. Às margens dos rios supracitados, foram implantadas sete Divisões Militares e foram erigidos 27 quartéis, todos sob a administração de Marlière. Tais estruturas promoviam a proteção dos colonos e viajantes que adentravam naquelas áreas.

Para Maria Hilda Baqueiro Paraíso:

*As relações estabelecidas entre os membros dos quartéis e dos destacamentos e os Botocudos podem ser caracterizadas pela violência combinada com a tentativa de atrair os índios com a oferta de presentes [...] e, principalmente, comida.*<sup>79</sup>

Uma estratégia empregada por Marlière era a de se estabelecer aldeamentos *"nas matas virgens, próximo aos rios, para o sustento e banho dos índios"*. Mantendo o indígena em seu meio natural, o abandono dos aldeamentos por parte dos mesmos apresentava-se menor do que os ocorridos em áreas adversas às que originalmente eles ocupavam. Contudo, para brancos e associados; *"quando necessário, recorria-se à força, à aplicação da justiça dos brancos ou, até mesmo, à distribuição de roupas infectadas de varíola"*.<sup>80</sup>

Ainda sobre os aldeamentos dirigidos por Marlière, temos as *Reflexões sobre os índios da Prov.a de Minas Geraes Mar.<sup>co</sup> de 1826*, constando que:

---

<sup>79</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: Revista de Antropologia. V.35, p. 75-90, São Paulo: USP, 1992. p. 84.

<sup>80</sup> SOUZA, Rafael de Freitas e. *A revolta dos Purís: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata Mineira no primeiro quartel do século XIX*. Revista de Ciências Humanas, v. 3, n. 1, p. 53-64, jul. 2003. p. 56.

*... devem ser estabelecidos em Maltas Virgens, Pátria dos índios em avezinhanças de Rios navegáveis, sendo possível abundantes de Peixe, q,' determinará a sua fixd.<sup>a</sup> pela abund.<sup>e</sup> daquelle sustento, e o deleite dos banhos, sem os quais não passam. [...] Aldeã fundada em Campos já mais hade existir. O ardor do Sol os mata e afugenta...*

Contemporâneas ao trabalho de Marlière no Presídio e na Serra da Onça foram as visitas de naturalistas como: G. W. Freireyss, August de Saint-Hilaire, Von Spix e Von Martius. Estes viajantes deixaram importantes informações sobre a mata mineira do início do século XIX. O Leste parecia cada vez menos inóspito.

Guido Thomas Marlière não conseguiria atingir seu grande feito como “civilizador” e, por conseguinte, grande responsável pela ocupação dos sertões da Mata mineira, sem o trabalho de seus predecessores, os missionários padre Manoel de Jesus Maria e Padre Francisco da Silva Campos. Ambos os padres tiveram algum sucesso na “civilização” dos indígenas Coroado e Coropó que viviam nas áreas correspondentes a Rio Pomba, Ubá e Presídio de São João

---

<sup>81</sup> RAPM. Ano XI - fascículos I, II, III e IV - Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906. p. 81

Pensava-se que, ao aldearem os índios em “Campos”, ou seja; longe dos rios e das matas, o sol escaldante poderia os matar. Deste modo, os brancos não consideravam que a abrupta mudança nas relações de trabalho do mundo indígena podia ser a resposta para tamanha deserção de alguns aldeamentos - pelo menos não verificamos nenhum relato dessa natureza. A divisão do trabalho entre homens e mulheres era muito bem delineada dentro das sociedades indígenas. Talvez isso explique o motivo que tornou os índios menos relutantes ao seu emprego no corte e transporte de madeira, - isto desde os primeiros contatos com o europeu - e às arregimentações militares, por exemplo. Assim, ao serem deixados em seus recantos naturais, os índios apresentavam-se menos relutantes à sua fixação em pousos estáveis. Ademais, se os índios tornaram-se roceiros, o processo não deixou de ser lento e penoso. Lembremos das reclamações do padre Manoel já apresentadas nesse trabalho, onde o suplicante lamentava ter que arcar despesas com a compra de escravos para o cultivo das terras “destinadas” aos índios. Com o passar dos anos, ao passo que se restringia o espaço vital para o desempenho das atividades de sobrevivência dos índios nos modos pré-cabralinos, a cultura do “mundo civilizado” foi sendo incorporada pelos indígenas. Prova disso, foi o grande número de índios roceiros na segunda década do século XIX.

Batista. No entanto, coube a Marlière a difícil missão de pacificação dos remanescentes Purí e dos bravios Botocudo do Rio Doce, feito que, antes de Marlière parecia impensável.

Marlière ainda contou com a ajuda do indígena Guido Procane, convertido ao cristianismo e batizado pelo próprio Marlière, foi indispensável como "*língua*"<sup>82</sup> ou intérprete. Procane guiou Marlière nas matas então habitadas pelos Botocudo do Rio Doce, mostrando-se fiel ao civilizador ao trazer consigo índios para os aldeamentos. Contudo, parece não ter sido tão fiel aos de sua nação, aos quais aplicava castigos, quando os indígenas se mostravam indisciplinados.<sup>83</sup>

Marlière, além de trabalhar para cessar os conflitos entre grupos indígenas rivais, muitas vezes teve mais trabalho em pacificar o próprio branco que, ao se lançar sobre as terras indígenas, anulava sua obra, tornando os índios novamente inimigos dos brancos. Seu trabalho teve, sem dúvida, imensa importância para a execução do projeto do governo: a pacificação dos índios e, por conseguinte, a ocupação seguida da exploração das novas áreas. No entanto, para os indígenas, parece que este trabalho não foi tão benéfico. Não restava saída, ou eles se associavam aos brancos, ou eram vítimas de guerras justificadas pela sua indolência.

---

<sup>82</sup> O *língua* ou *intermediário cultural* era a "ponte" que ligava os brancos aos índios. Conhecedor da língua indígena, estes indivíduos geralmente tinham em sua composição racial o sangue do índio ou do negro. Isto fazia com que os línguas causassem menos estranheza entre os povos indígenas.

<sup>83</sup> JOSÉ, Oiliam. *Marlière, o civilizador: esboço biográfico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1958. p. 79-80.

A ação de homens como o padre Jesus Maria e Marlière foi grande responsável pela desorganização do mundo indígena. A partir do contato com os brancos, os índios foram vítimas não só das guerras e da exploração de sua força de trabalho. Foram vitimados também pelas doenças e diversos vícios inseridos pelos brancos. Nosso próximo assunto será sobre a introdução da aguardente, tão repudiada por Marlière e responsável por sérios danos aos indígenas.

### 2.3 - AGUARDENTE E O ESCAMBO DA POAIA\*

“... os comerciantes inescrupulosos trouxeram para os índios o presente de sua destruição”.<sup>85</sup>

Prática que viabilizou as primeiras formas de exploração econômica em terras brasílicas, o escambo foi perpetuado até meados do século XIX como estratégia eficaz para a obtenção de produtos e serviços indígenas pelos colonos.

Até por volta de 1530, dada a insignificância numérica do europeu em relação ao elemento indígena, — o que possibilitava a este último grande autonomia — a relação branda e “inofensiva” propiciada pelo escambo foi a única maneira de que o europeu se valeu para obter recursos materiais (víveres e, sobretudo o pau-brasil) e braços (arregimentações militares e transporte de madeira principalmente). De acordo com Alexander Marchant:

*São escassas as provas definitivas, relativamente ao período de 1500 a 1533. Mas as que existem indicam que os portugueses usaram o escambo sempre que quiseram obter o braço indígena, víveres, pau-brasil ou outros artigos e serviços por parte dos nativos. Essas provas não indicam que eles tenham escravizado os índios para alcançar esse objetivo, e, ainda mais, não existem referências à escravização do índio para trabalharem no Brasil senão depois, em data ulterior. Por conseguinte, em face da prova apresentada, conclui-se que o escambo*

---

\* Uma síntese deste texto foi apresentada no “XIV Encontro Regional de História” (ANPUH-MG).

<sup>84</sup> JOSÉ, Oiliam. Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982,

<sup>85</sup> *Idem.* 36.

*era o método usual pelo qual os europeus tratavam com os indígenas quando destes desejavam produtos ou trabalho.*<sup>86</sup>

Por outro lado, para Florestan Fernandes, o escambo, ou a prática da permuta, não necessitava de um grande número de indivíduos estranhos aos indígenas. Assim, os índios poderiam impor seu modo de vida e sua autoridade. Segundo Fernandes:

*Os brancos viviam nos grupos locais, literalmente sujeitos à vontade dos nativos; ou se agrupavam nas feitorias, dependendo tanto sua alimentação quanto sua segurança do que decidiam fazer os seus "aliados" indígenas.*<sup>87</sup>

Vale salientar que, o presente trabalho em nenhum momento desconsiderou as diferenças — temporais e geográficas — entre processo de escambo ocorrido no século XVI, e as que vieram ocorrer por volta do último quartel do século XVIII e primeiros decênios do XIX n Mata mineira. Contudo, é pertinente verificar conceitualmente o termo escambo a fim de justificar uma das hipóteses desse trabalho, (o escambo como um dos principais mecanismos destrribalizantes do mineiríndio), uma vez que trabalhos frequentemente citados, como os mencionados: "*Antecedentes indígenas*" de Florestan Fernandes e "*Do escambo à escravidão*", de Alexander Marchant,

---

<sup>86</sup> MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2º ed., São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1980, p.33.

<sup>87</sup> FERNANDES, Florestan. *Antecedentes indígenas: Organização social das tribos tupis*. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981, p. 80.

não se referem ao escambo como uma prática destrribalizante ou como uma prática desestruturadora da sociedade indígena. Segundo Florestan Fernandes, enquanto os brancos eram em reduzido número e “... *podiam ser incorporados à vida social aborígine ou se acomodavam às exigências dela, nada afetou a unidade e a autonomia do sistema social tribal*”.<sup>88</sup>

As linhas a seguir visam verificar o quanto o escambo — sobretudo o que envolveu a aguardente e a poaia — foi importante no processo de desestruturação da sociedade indígena, e, por conseguinte, acelerou o processo de conquista e colonização da Mata mineira.

Diversas bugigangas foram usadas a fim de obter trabalho, favores e, sobretudo, submeter o indígena da Mata mineira à vontade do branco, mas o produto que parece ter despertado maior interesse entre os mineiríndios foi a aguardente. Por sua vez, esta bebida tornou-se o principal artigo de que os comerciantes de poaia valeram-se para obter suas procuradas raízes.

A prática do escambo era extremamente necessária ao branco e seus associados, e, às vezes, desejada pelos indígenas. Porém, quando estes se viam supridos das quinquilharias obtidas dos brancos; de produtos que tinham uma vida útil um tanto mais longa, sem dúvida, o escambo deixava de exercer poder sobre a sociedade indígena. Com a introdução da aguardente, o processo

---

<sup>88</sup> FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: Organização social das tribos tupis. In: Holanda, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981, p. 80.

de permuta sofre uma profunda alteração.<sup>89</sup> Diferente das outras quinquilharias, a aguardente não se avolumava, e, ao mesmo tempo, gerava um vínculo de dependência social. Saint-Hilaire relata a reação dos índios da Mata mineira que, diante da possibilidade de adquirir a aguardente, se dispuseram a dançar: “... e para levá-los a isso foi necessário prometer-lhes aguardente, licor que já lhes fora distribuída ampla razão”.<sup>90</sup>

Com a introdução do cultivo da cana de açúcar na Zona da Mata mineira, o comércio envolvendo aguardente e raízes medicinais foi acelerado. O introdutor da nova prática agrícola, Padre Campos, tinha originalmente como intenção, oferecer aos índios aldeados e demais habitantes daquelas áreas, mais uma atividade agrícola e comercial, “... O açúcar, então sob a forma de rapadura (...) que custava elevado preço quando trazido do distante litoral fluminense”.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> Bebidas alcoólicas já eram conhecidas pelo mineiríndio antes do contato com o branco, como a obtida pela fermentação da mandioca que era misturada com saliva. No entanto, tal bebida era consumida com fins ritualísticos. Foi somente com a introdução da aguardente pelo branco que os índios passaram ao consumo indiscriminado da bebida alcoólica, tomando-se escravos de seus efeitos. Essa situação prolonga-se até os dias atuais, onde diversos grupos indígenas tem em sua composição, indivíduos que praticam trabalhos penosos, que esmolam, que se prostituem, que roubam; tudo isso com o fim de obterem a aguardente.

<sup>90</sup> SAINT-HILAIRE, August de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas, trad. De Vivalde Moreira; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975, p. 31.

<sup>91</sup> JOSÉ, Oiliam. Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 35.



Aldeia dos Coroados, in Viagem pelo Brasil, 1817 – 1820 de Spix e Martius.  
(Observe as Mulheres da tribo Coroado preparando o veru, bebida alcoólica cujo consumo estava ligado a fins ritualísticos)

Contudo, os colonos brancos logo perceberam que a aguardente era um produto bem mais vantajoso do que o açúcar grosseiro. Diversos engenhos responsáveis pelo fabrico da aguardente surgidos em Minas Gerais desdobraram suas atividades em direção aos sertões da Capitania. Para se ter uma idéia da importância que ocupou a fabricação de aguardente na Capitania de Minas Gerais — nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século seguinte — basta sublinhar a existência de quarenta engenhos de cana somente na Freguesia de São João Batista do Presídio , Termo da cidade de Mariana, no ano de 1822 — área em que se localizava um importante aldeamento indígena<sup>93</sup>. Nestes engenhos encontravam-se 245 escravos e 65

<sup>92</sup> Atual Visconde do Rio Branco.

<sup>93</sup> ACMM, código: 398

empregados. Embora não sejam descritas as “qualidades” desses escravos e empregados, é muito provável que entre eles existissem índios, sobretudo os que passaram por um processo de sedentarização. Para Angelo Alves Carrara:

*A Convivência entre as duas culturas promoveu principalmente a sedentarização dos índios. Em troca de roupas, rapadura, feijão, farinha, açúcar, machados, facas, pregos, pólvora, chumbo, os índios se fixaram, receberam terras, e dispuseram delas (...) Ao lado daqueles ex-índios que de algum modo conseguiram sedentarizar-se, aculturando-se, permaneceram existindo índios semi-nômades, que se tornariam agregados das fazendas, caboclos com permissão de terem sua morada nas terras dos proprietários rurais...*<sup>94</sup>

Mesmo com Carrara não fazendo menção à aguardente como um produto largamente oferecido ao indígena, isto fica evidente ao se verificar as inúmeras reclamações de Guido Thomaz Marlière<sup>95</sup>, sobre a oferta de aguardente ao indígena. Segue uma reflexão de Marlière, sobre os efeitos maléficos da referida bebida datada de sete de março de 1826:

*Hé a peste das Aldeias, [a aguardente] o meio infallivel de introduzir os índios a todo equaq.<sup>r</sup> exesso de se matarem huns aos outros q, ° estão inebriados, e de perderem o resp.<sup>io</sup> e subordinação a q.<sup>'''</sup> os governa. São immensos os exemplos dos funestos eff<sup>os</sup> desta pernicioso droga. — Os índios a troca delia dão mulheres, e filhas aos indignos Contractadores. (...) p.<sup>r</sup> experiência própria, visto 30 índios Jornaleiros meus, largarem o Serviço p.<sup>a</sup> irem beber agoar.<sup>de</sup> em Caza de hum viz. °, q. a vendia clandestiname.te, isto não sem prejuízo delles, e meu; p.<sup>r</sup> q.' não tendo dinhr.°, vendem p.<sup>r</sup> beber as ferramentas próprias, e as alheias, o q.' tudo tudo (sic) se lhes aceita, e se esconde. Em os Arraias frequentados pelos índios naturaes da paragem como Prezidio de S. João Bap.<sup>ia</sup>, e Pomba, duas Sodomias, q.' vivem de*

<sup>94</sup> CARRARA, Angelo Alves. A Zona da Mata Mineira: diversidade e continuísmo (1839-1909). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de pós-graduação em História. Niterói: 1993, p. 51.

<sup>95</sup> Diretor-Geral dos índios de Minas Gerais, Marlière foi o responsável pelo controle dos aldeamentos na Mata mineira. Nas RAPM de números X, XI e XII encontra-seum vasto volume de sua correspondência e demais relatos sobre seu trabalho.

*roubos feitos aos índios, q.' p.<sup>a</sup> satisfazer aos preceitos da Religião, em os dias festivos bem vestidos, e sahem nus despídos pelos Taverneiros, q,' são hum em cada caza, e os lanção depois de bêbados na rua aonde morrem apopleticos, ou esmagados pelos Carros, e Cavallos dos passageiros...*<sup>96</sup>

No Termo de Mariana foram produzidos no ano de 1781, 8250 barris de aguardente<sup>97</sup>. Esta produção caiu para 6399 no ano de 1786, retomou seu crescimento em 1796 com a produção de 8035 barris e atingiu, no ano de 1804, a quantia de 10455 barris.<sup>98</sup> Estes números mostram que a aguardente desde cedo passou a ser um produto de importância em Minas Gerais, sobretudo nas áreas próximas e naquelas que compreendiam a Mata mineira, refutando a idéia de que esta bebida ocupava papel secundário dentro dos engenhos de cana.

A partir do último quartel do século XVIII foram enviados padres com a função de catequizar os indígenas das áreas até então “proibidas”. Paralela à ação dos missionários, e até mesmo antes dela, comerciantes de poaias rumavam para o referido local, embaraçando o trabalho posterior, tanto dos catequizadores, quanto daqueles que visavam “civilizar” os índios. Na fase do devassamento, o indígena, especialmente os do Pomba e do Chopotó dos Coroados, mantinham contato com comerciantes de poaia. Esta atividade

<sup>96</sup> RAPM. Ano XI, Fascículo1, 1906, p. 81.

<sup>97</sup> Encontram-se no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana. os seguintes códices referentes à tributação de aguardente: 77, 95, 177, 179, 187, 196, 197, 204, 272, 336, 337, 338, 340, 353, 362, 401, 491, 559 e 657.

<sup>98</sup> ACMM. Códices: 77, 95 (coleta de subsídio literário das aguardentes), 177 e 401 (Manifesto das aguardentes).

Estes números representam apenas o volume de aguardente taxado pelo Governo, desconsiderando as possíveis sonegações de impostos.

comercial já era praticada por alguns indivíduos que desrespeitavam as determinações legais; determinações que visavam impedir o livre trânsito de pessoas entre as Capitânicas.<sup>99</sup>

Os indígenas da Mata mineira tiveram que se adequar às necessidades dos colonos e, especialmente, da empresa de exploração das novas áreas. Não bastava a criação de um ambiente menos hostil aos colonos, os índios ainda tinham que ser úteis aos brancos e à lógica do Estado. O relatório sobre a situação dos aldeamentos indígenas em Minas Gerais, apresentado ao Diretor Geral das divisões<sup>100</sup>, em 1827, comprova o supracitado. Nele são mencionados os “melhoramentos” que os Sub-Diretores fizeram entre os índios aldeados. Entre os “benefícios”:

*...de os dedicar á agricultura outros á extracção da poalha p.ª conta dos Sub-Directores não assalariados:  
Os Puris, e os Botocudos vão trabalhando progressivamente nos Rios, Doce, e Giquitinhonha, e mesmo 40 dos índios dissidentes do Sargento Norberto da 5ª Divisão ja trabalhavão, e ajudavão os Soldados nas plantações de 1827.<sup>101</sup>*

Nota-se que a exploração de poaia não se configurava em um problema em si — pelo menos para alguns interessados nos lucros provenientes dessa prática. Antes, essa atividade era provedora de divisas para a Capitania de

<sup>99</sup> Com essa política o Governo se prevenia do contrabando de mercadorias. No caso da Capitania de Minas Gerais, teve-se nos Sertões do Leste (área que hoje compreende a Zona da Mata mineira) uma barreira natural contra o extravio, sobretudo da produção aurífera. A partir do momento que se tem uma queda na produção de ouro, o Governo adota uma política fisiocrática, onde as terras da Colônia passam a ser exploradas sistematicamente. Tal processo é acelerado em 1808 com a transferência da Corte para as terras brasileiras.

<sup>100</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908 p.498 et seq.

<sup>101</sup> *Idem* p. 526.

Minas Gerais. Em data de 24 de abril de 1822, relata Marlière: *"...Huma pacificação total reinava desde Belmonte ate os Campos de Goitacazes, e em toda a província de Minas Geraes que tirou hum dinh.º immenso na negociação da poaia com elles [os índios]...."*<sup>102</sup> Ainda segundo Marlière, a poaia seria um *"Artigo de que os Missionários poderião tirar vantagemem em beneficio dos índios animando este Comemercio; e no Rio Doce há abundância deste genero"*.<sup>103</sup>

Devido à sua grande utilização pela medicina da época, a poaia ocupou destacado lugar no quadro de exportações da província de Minas Gerais, podendo superar volumes de produtos exportados como a farinha de mandioca e o fubá. No ano de 1839, as quantidades exportadas foram as seguintes: 39 alqueires de poaia, 17 alqueires de fubá e 14 alqueires de farinha de mandioca.<sup>104</sup>

O indígena foi entendido por aqueles que lhes levaram as "graças da civilização", como fornecedor de gêneros agrícolas, soldados quando aliados, e fornecedor de poaias em potencial. E essa última atividade ocupou importante lugar nas relações iniciais entre indígenas e colonos. Se, por um lado, as ditas poaias eram fonte de divisas para a capitania de Minas Gerais e para comerciantes particulares, por outro, o deslocamento do indígena que rumava para as matas a fim de explorar as poaias poderia dificultar o

---

<sup>102</sup> RAPM. Ano X, 1905 p.425.

<sup>103</sup> RAPM. Ano XI, Fascículo I, 1906. p. 87.

<sup>104</sup> ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: Bases da economia e tentativa de periodização. In: LPH: Revista de história. nº5, 1995, p. 110-111.

aldeamento do mesmo. Assim, relata um Sub-Diretor de aldeamento indígena: *"No meu tempo, aldeamentos inteiros, seduzidos p.' Brasileiros ambiciosos de poalha tem desaparecido...'"*.<sup>105</sup>

Entre os grupos indígenas aldeados na Mata mineira, os Purí eram aqueles que mais praticaram a coleta de poaia. Isto pode ser verificado pela análise do Mapa dos Aldeamentos Indígenas em Minas Gerais <sup>106</sup>, cuja data é de 20 de janeiro de 1828. Dos vinte aldeamentos descritos, cinco eram de índios da nação Purí; um era dos Coropó; um era dos Coroadó; cinco eram dos Botocudo; cinco eram dos Naknenuck; um era dos Malali; um era dos Macone e um composto pelas nações Naknenuck e Malali. Curioso é que, nestes aldeamentos, onde os índios já se encontravam imersos no processo de destribalização, a extração da poaia era ocupação exclusiva dos índios Purí <sup>107</sup>. Nenhum outro grupo acima mencionado praticava tal atividade. Tal observação sugere que realmente os Purí ofereciam certa dificuldade em se fixarem em aldeamentos estáveis e, deste modo, rumando para as matas, mantinham seu traço nômade.

A abundância das poaias na mata mineira, e seu amplo mercado, fazia destas raízes um negócio promissor para aqueles aventureiros que iam à sua procura. *"Esses a adquiriam geralmente pelo processo da troca, permutando-a pela aguardente, que, uma vez conhecida do indígena, tornava-se sua*

---

<sup>105</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908 p.526.

<sup>106</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908. p. 498 et seq.

<sup>107</sup> Alguns destes índios após o contato com o colonizador também passaram a praticar uma insipiente agricultura.

*perdição...*", assim escreve Oíliam José.<sup>108</sup> O mesmo é verificado por Marlière:

*...Há pouco o Cobrador, ou aferidor da Câmara de Marianna vendeo Licença a todos os Fazendeiros, e Poalheiros<sup>109</sup> da Matta do Prezidio a Serra da Onça cheia de Aldeãs de Coroados, q.' eu tinha livrado da Praga dos Taberneiros p.<sup>a</sup> a venderem publicam.<sup>1e</sup> [a aguardente] dizendo que com tal Licença, eu não podia mais embaraçar a Peste, que introduzia legalm.<sup>1e</sup> confr.<sup>e</sup> o seu dizer, e illegalmente conf.<sup>e</sup> a Ley.<sup>110</sup>*

Conforme pode ser percebido, o documento acima faz referência aos comerciantes de poaia como importantes fornecedores de aguardente aos índios. Aldeados em Meia Pataca — na estrada do Presídio de S. João Batista aos Campos de Goytacazes, existente desde 20 de setembro de 1822 — um grupo de Purí representa bem a imagem do indígena destribalizado. Assim eles são descritos: *"Elles [os Purí] por ora não tem terras próprias para a sua cultura — trabalham como jornaleiros para os Fazendeiros daquela estrada, e vendem poalha, e outras drogas do Sertão"*.<sup>111</sup> Os viajantes Spix e Martins observaram, por sua vez, o escambo entre indígenas e comerciantes de poaia e perceberam que *"... os índios não aceitam dinheiro, porem permutam com cachaça, utensílios de ferro, panos de algodão, etc"*.<sup>112</sup>

<sup>108</sup> JOSÉ, Oíliam. Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 34.

<sup>109</sup> Comerciante de poaias.

<sup>110</sup> RAPM. Ano XI, Fascículo I, 1906, p. 81.

<sup>111</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908. p. 498 et seq.

<sup>112</sup> SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. Viagempelo Brasil. Trad. Lúcia F. Lahmeier. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL; 1976, v. 1, p. 222.

A destruição da identidade indígena foi, sem dúvida, um meio eficaz para a conversão, redução e eliminação dos povos indígenas e, a introdução da aguardente acelerou esse processo. Por outro lado, as inúmeras guerras de extermínio e apresamento<sup>113</sup> movidas contra os índios só alcançaram êxito quando o apoio dos “flechas” — índios arregimentados pelos brancos — existiu. Ou seja, antes de qualquer ação por meio da força, existia uma ação pensada, uma lógica de aproximação para com as nações indígenas menos arredias — geralmente por meio de “línguas” e doações de quinquilharias. No terceiro capítulo deste trabalho trataremos melhor este assunto. Os índios que se tornavam aliados dos brancos eram instigados a guerrear contra nações indígenas que eram suas inimigas e que se configuravam em obstáculos à expansão da fronteira dos brancos colonizadores. Com isto, tem-se a prática do escambo não mais como a simples permuta por mercadorias ou trabalhos diversos, mas a fim de obter prestação de serviço militar.

O escambo observado no século XVIII adquiriu novas dimensões. Os índios que supriam os comerciantes de poaia alteravam práticas herdadas do modo pré-colonial. Em razão da coleta da referida raiz, deixavam, por exemplo, de distribuir de forma equilibrada seu tempo de caça, pesca e coleta. As exigências do escambo também alteravam o calendário da prática ritual, além de criar tensões no interior das aldeias e aldeamentos. Deste modo, o processo de destribalização foi acelerado.

---

<sup>113</sup> Os índios capturados em guerras justas eram escravizados por tempo determinado pelo governo. Geralmente o período determinado era de dez anos.

A extração de poaia, ao servir como elemento para o índio ter acesso a bebidas alcoólicas, acelerou o processo de destruição de sua sociedade. Como se vê, o escambo não pode ser entendido como uma prática não desestruturadora da sociedade indígena — como queria Florestan Fernandes, em seu texto *Antecedentes indígenas*, ou mesmo Alexander Marchant, no seu trabalho intitulado *Do escambo à escravidão*. Esta foi uma prática eficaz que perdurou ao longo do tempo. Existente desde os primeiros contatos entre europeus e indígenas, o escambo cruzou os séculos e espaços geográficos sendo observado até meados do século XX.

### **3. - ABREM-SE AS PORTAS DAS ÁREAS PROIBIDAS**

#### **3.1. - FORMAÇÃO DA SOCIEDADE NA MATA MINEIRA**

O povoamento da Mata mineira teve como irradiação, a Freguesia de São João Batista do Presídio, São Januário de Ubá, Rio Pomba, São Geraldo e áreas próximas. Um dos motores primordiais para o impulsionamento dos colonizadores foi, sem dúvida, a busca pelas raízes de uso medicinal conhecidas como poaia, a agricultura - inicialmente de subsistência - e mais tarde, o comércio que se desenvolvia no local.

Seguindo a divisão feita por Ângelo Alves Carrara, podemos estudar a área conhecida como Mata mineira em três sub-regiões. São elas: sub-região sul, que em 1870 compreendia os municípios de Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina; sub-região central, referente às áreas de aldeamentos indígenas instalados nos sertões dos Rios Pomba e Doce; e sub-região norte, que para 1877 compreendia os extensos municípios de Ponte Nova e Manhuaçu.<sup>114</sup>

Daremos maior atenção neste trabalho à sub-região central da mata mineira, onde o contato com as populações indígenas, devido a questões de ordem econômica e, sobretudo, em função do devassamento promovido pelo padre Manoel e Marlière, se deu de forma distinta das demais áreas.

Na a sub-região sul, o processo de ocupação iniciou-se a partir de data ulterior ao ano de 1817, movido por levas de “... *grandes proprietários de*

---

<sup>114</sup> CARRARA, Ângelo Alves. A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839 - 1909) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós - Graduação em História, Niterói, 1993. p. 45et-seq.

*lavras na região das minas...*” que se fixaram naquelas terras para dar início ao plantio de café.

Em se tratando de proprietários de grande número escravos advindos das atividades das lavras, a mão-de-obra provida por estes escravos negros foi mais observada na região, sobretudo quando a comparamos com as demais regiões da Mata. Além desses escravos transferidos para a Mata junto com seus proprietários, foi percebido um tráfico de caráter intra-provincial. Sendo os proprietários estabelecidos na sub-região sul capitalizados, continuaram adquirindo escravos para assim, ampliarem as suas lavouras de café.

Como a ocupação da área só se deu a partir do primeiro quartel do século XIX, os indígenas que habitavam o local já tinham sido deslocados para os aldeamentos de Guidoal, ou “...*foram expulsos e passaram a vagar pelas fazendas da zona fronteira entre a Mata central e sul, no atual município de Cataguases*”.<sup>115</sup>

Na sub-região norte, embora já tivesse sido iniciado o processo de ocupação desde meados do século XVIII, a presença dos indígenas Botocudo vinha atravancando o avanço econômico da região. A Zona do Rio Doce, deste modo, permaneceu numa situação periférica; era uma área de economia praticamente inexpressiva até 1880. “*Durante boa parte da Primeira República esta sub-região norte continuou recebendo verbas estaduais para*

---

<sup>115</sup> CARRARA, Angelo Alves. A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839 - 1909) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós - Graduação em História, Niterói, 1993. p. 49.

*colonização indígena*".<sup>116</sup> Embora Guido Thomas Marlière tivesse desempenhado grande trabalho no que tange à incursão dessas áreas desde 1819, a pacificação dos diversos grupos indígenas genericamente denominados Botocudo vinha se mostrando tarefa por demais penosa. O caráter nômade desses indígenas dificultava a instalação de aldeamentos e, por conseguinte, a pacificação dos mesmos.

Quanto à sub-região central da Mata mineira, território que compreende as Freguesias de São João Batista do Presídio, São Januário de Ubá, Rio Pomba, São Geraldo e cercanias, foi invadido por ex-mineradores e outros brancos advindos do litoral fluminense desde a segunda metade do XVIII. Estes por sua vez, eram acompanhados de suas famílias e às vezes, uns poucos escravos. Ao invés do que viria ocorrer na sub-região sul, não foi observado a instalação de proprietários capitalizados na mata central. Nas áreas em que principiava o trabalho de catequização indígena promovido pelo padre Manoel de Jesus Maria, chegaram indivíduos desprovidos de posses e com poucos escravos. A sociedade que ali se formava era composta de brancos e seus associados, e indígenas assentados<sup>117</sup> pelo governo.

Em sítios e roças dessa área, produziam-se culturas de subsistência como: arroz, feijão, raízes e tubérculos, frutas, pequenos animais e cana-de-açúcar. Estas culturas foram introduzidas pelo padre Francisco da Silva

---

<sup>116</sup> CARRARA, Ângelo Alves. A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839 - 1909) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós - Graduação em História, Niterói, 1993. p. 57.

<sup>117</sup> Parece irônico; os verdadeiros donos da terra tinham então que receber mercê do Estado para permanecerem num lugar que era deles por direito.

Campos, contemporâneo de Padre Jesus Maria. Como já dissemos, as atividades principais que estimularam as primeiras levas de colonos foram: a permuta ou escambo envolvendo a aguardente e a poaia, a agricultura de subsistência e mais tarde, o comércio que se desenvolvia. Deste modo, a própria natureza dessas duas últimas atividades obrigava os colonos a se fixarem na terra.

Nas palavras de Oiliam José:

*Não era mero devassamento da selva, simples busca de conhecimento e de riquezas da região. Tratava-se de operação mais complexa: . dominar a terra, extrair-lhe as riquezas, cultiva-la, fazê-la produtiva e acolhedora e, nela, desempenhar a intermediação comercial.*<sup>118</sup>

Em torno dos quartéis e destacamentos instalados na mata, foram aparecendo formas econômicas de vida que se desdobraram em arraiais e vilas. Estes por sua vez, foram se transformando “... *em sedes de prósperos municípios...*”.<sup>119</sup>

Em 1º de abril de 1814, foram criadas as “... *duas Aulas das primeiras Letras nas duas Freguesias da Pomba e São João Batista a bem da mocidade índia e Portuguesa* “. Também foram tomadas providências para a criação da

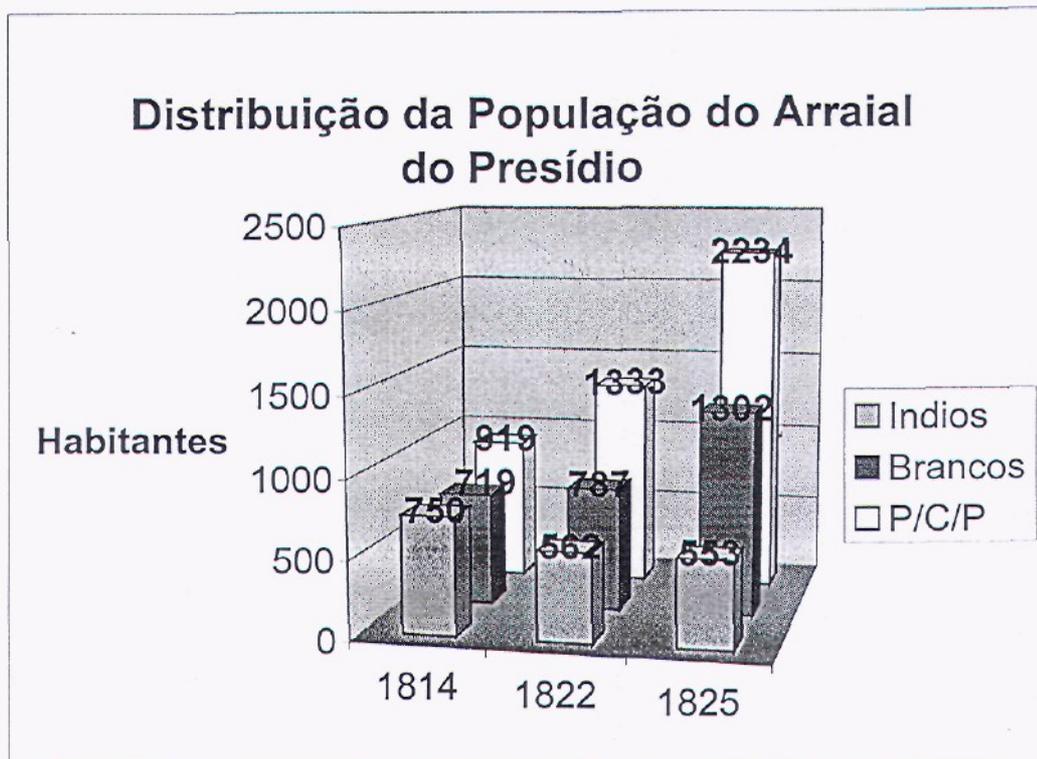
---

<sup>118</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: Serra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 33.

<sup>119</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. trad. De Vivalde Moreira; Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

estrada que ligava a Freguesia do Presídio à Baixada Campista. Ambas as obras foram solicitadas por Marlière.

TABELA I



P/C/P= pardos/crioulos/pretos

Dados extraídos de: *População do Bispado de Mariana (1814)*, ANRJ, cód. 808, livro 1, fl. 129 et-seq, cópia no AHCMM. *População da freguesia de São João Batista do Presídio (1822)*, cód. 398, AHCMM.

A partir da tabela acima, podemos perceber que a população branca teve um grande crescimento entre os anos de 1822 e 1825. Os indígenas sofreram uma queda populacional entre 1814 e 1822, estagnando-se daí até o ano de 1825. Já os pardos, crioulos e pretos, tiveram um crescimento significativo nos oito primeiros anos contemplados na tabela, crescendo

<sup>120</sup> JOSÉ, Oiliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, historia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. p. 58.

vertiginosamente nos três últimos anos. Embora não tenham sido apresentadas na tabela, constam nas listas conferidas as porcentagens de cativos do total de pardos, crioulos e pretos para os anos de 1814, 1822 e 1825, que são respectivamente: 44%, 38% e 40%. Não havendo aumento da população de cativos em relação ao total dos pardos, crioulos e pretos.

Nos valendo desses dados, podemos mais uma vez, entender que a ação de Marlière iniciada em 1813, foi grande responsável pela incursão de colonos na Mata mineira. Por outro lado, para os povos indígenas, ao que parece, Marlière não propiciou os mesmos benefícios. A queda da população indígena nos faz inferir que o sistema de aldeamentos e a ereção de quartéis e destacamentos militares levados por Marlière visavam, sobretudo, dar proteção aos brancos, e não aos indígenas, como costumam apontar nos trabalhos da historiografia tradicional.

### 3.2. - FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA

#### 3.2.1 - A GUERRA NOS MODOS DO GENTIO BRAVO

Armas de fogo, pólvora, chumbo; acrescente ainda o fardo dos mantimentos necessários ao sustento dos que se aventuravam no interior dos "mattos". Toda essa carga tornava o deslocamento dos homens demasiadamente lento e penoso. Pior ainda; o peso não se configurava no único problema gerado pelas armas dos brancos. Lento também era o recarregamento das mesmas, reduzindo sua eficácia durante as ações de guerra, ou numa eventual escaramuça contra "o gentio bravo". Deste modo, as alianças e a assimilação de diversas práticas indígenas foi cabal para a sobrevivência dos brancos e seus associados.

A utilização do arco e flecha se deu de maneira muito eficaz nos combates no interior dos sertões. De acordo com o relato do viajante Georg Wilhelm Freyreiss nas primeiras décadas do século XIX, os indígenas, escondidos na densa mata, poderiam eliminar facilmente os viajantes com suas flechas, enquanto as armas do branco ali se mostravam ineficazes.<sup>121</sup> Além de seu reduzido peso, — o que facilitava o deslocamento dos "flecheiros" — o arco e flecha poderiam ser usados durante as chuvas, mesmo com sua precisão afetada. O silêncio dos disparos dos flecheiros tornava as emboscadas indígenas o grande "pesadelo" de seus opositores. Enquanto isso, a explosão

---

<sup>121</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p.80.

produzida pelo disparo de uma arma de fogo expunha o atirador às flechas indígenas. Sergio Buarque de Holanda já havia apurado as vantagens e os inconvenientes das armas de fogo utilizadas pelo branco em *O Extremo Oeste*. Segundo O autor, desde os tempos dos primeiros contatos com os europeus, os indígenas detinham um interesse “mágico” pelas armas de fogo. Tais armas mexiam com o imaginário dos índios, uma vez que eles se interessavam, sobretudo pelo fato do projétil manter uma trajetória invisível e também pelo barulho provocado pela detonação. Contudo, não demorou e o interesse se desfez. Os índios logo perceberam que era possível disparar várias flechas enquanto um arcabuz era recarregado. Ainda nas palavras de Holanda: “Mesmo a detonação, se podia aterrorizar o adversário, tinha o defeito de ajudar a localiza-lo...”<sup>122</sup>

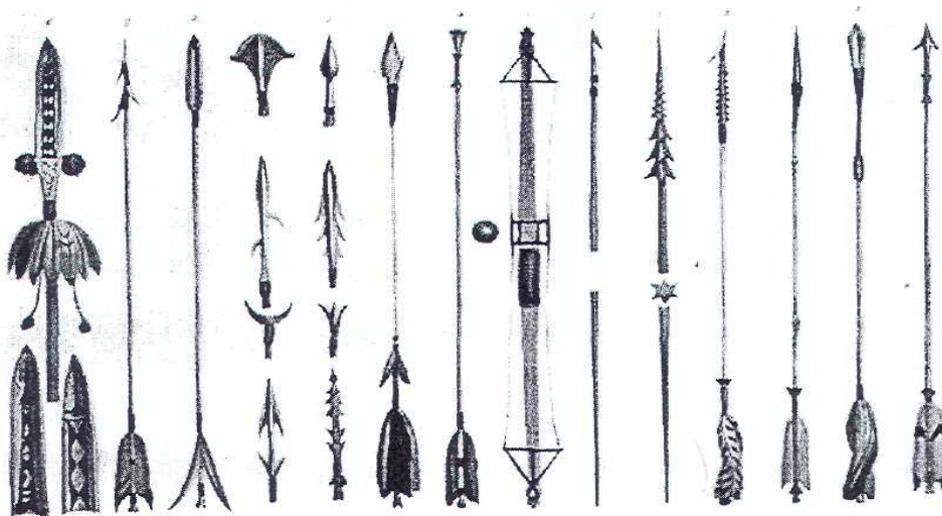
TABELA II

PRINCIPAIS ARMAS DOS MINEIRÍNDIOS*		
armas de tiro arco e flecha dardos e propulsor	armas de choque tacape machados de pedra	armas de proteção escudo paliçada

Dados extraídos de: FERNAMDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2ª Edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1970. JOSÉ, Oíliam. Visconde do Rio Branco: terra, povo, história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

<sup>122</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter, São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 54.

\* Embora estes sejam os principais componentes do aparato bélico do indígena brasileiro, no caso específico das tribos da Mata mineira, os registros de que dispomos dão atenção quase que exclusiva ao uso do arco e flecha, salvo na obra de Oíliam José, onde temos referência do uso de machados de pedra, contudo parece mais provável que estes não eram utilizados como aparato bélico. Não dispomos de outras fontes que confirmem o uso de tais machados como arma de guerra, por isso, acreditamos que o arco e flecha venha ser a principal arma dos mineiríndios. E consenso de vários viajantes cronistas de que os indígenas brasileiros desconheciam o envenenamento das flechas.



“Armas Ofensivas” Fonte: (da obra de Jean Baptiste Debret: “Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil”) <http://www.bivirt.futuro.usp.br/imagem/arte/arte.html>

Emboscadas e ataques relâmpago eram entre outras, estratégias de que se valiam os índios. Alguns grupos indígenas tinham o costume de se esconder após o confronto com seus inimigos e, dentro da mata, poderiam acompanhá-los com uma certa margem de segurança, atacando-os quando fosse mais conveniente. A guerrilha ou guerra nos matos, como também eram conhecidas essas táticas, muitas vezes na forma de emboscadas noturnas, popularizou a idéia de que os índios eram covardes. Tal imagem foi descrita por muitos oponentes dos indígenas. Vejamos então o que tinha a dizer o viajante já mencionado Freyreiss:

Em geral tem-se o indígena brasileiro por falso, mau e traidor, e como prova se afirma que ele sempre assassina de emboscada; porém não se considera que esta pobre gente vive exclusivamente na mata. Ali são os

índios molestados pelos brancos e a experiência os ensinou a serem pudentes; razão porque eles ai andam sempre cautelosos, usando de mil artificios para se aproximarem de seu inimigo, que eles não convidam para uma luta aberta, mas que matam com uma flechada certa.

Tal modo de luta empregado pelo indígena foi causador de sérios danos aos brancos e seus associados. Pedro Puntoni em *A guerra dos bárbaros* cita um papel anônimo datado de 1691 que descreve bem a superioridade da guerra no estilo do "*gentio bárbaro*". Segundo o documento; os índios vão:

*... nus, e descalços, ligeiros como o vento, só com arco e flechas, entre matos e arvoredos fechados, os nossos soldados embaraçados com espadas, carregados com mosquetes, e espingardas e mochilas para o seu sustento, ainda que assistem o inimigo não podem seguir, nem prosseguir a guerra: eles a cometem de noite por assaltos [...] E eles [andam] escondidos entre os matos onde os nossos soldados não podem seguir com a mesma segurança, instância e diuturnidade por [estarem] carregados de ferro e mochilas onde carregam o seu sustento que não pode ser mais que para quatro ou seis dias...*<sup>124</sup>

O mesmo relato ainda faz referência à maneira pela qual o índio conseguia o seu sustento. Segundo este, os índios, conhecedores das "*manhas*

---

<sup>123</sup> FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982. p.84.

<sup>124</sup> Cf. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002. p. 198-9. Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691), ajuda. 54XIII 16, fl. 162.

*dos sertões*”, iam abatendo a caça e coletando frutas e raízes que encontravam no seu caminho.

Ainda sobre o poder das estratégias utilizadas pelos indígenas, pronunciou-se Daniel de Carvalho em *A formação histórica das Minas Gerais*:

*Os índios usavam táticas desconhecidas dos europeus. Combatiam invisíveis nas tocais. Os invasores ouviam sibilar as flechas e zunir os murucus de pontas afiadas, sem perceber de onde partiam. Descoberto o local ocupado pelo inimigo, se caminhassem em direção a ele, corriam o risco de cair em fojos habilmente camuflados.*<sup>125</sup>

Os períodos de chuvas e as travessias de rios também poderiam configurar-se em obstáculos às ações dos brancos. Estes eram outros limitadores da utilização das armas de fogo, uma vez que a pólvora, se molhada, perderia sua função até que secasse. Por isso, as ações de guerra contra os índios eram feitas preferivelmente nas estações de seca, como nos mostra a Carta Regia de 13 de maio de 1808, onde o então Governador e Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, recebe do Príncipe Regente uma ordem de: *“...considerar como principiada uma Guerra Ofensiva, que continuareis sempre em todos os annos nas Estações Secas...”*<sup>126</sup> Mesmo se considerarmos que os rios navegáveis — aqueles que apresentavam poucas quedas d'agua — poderiam facilitar o transporte da carga, no caso da Mata mineira os rios apresentavam-se de forma

---

<sup>125</sup> CARVALHO, Daniel de. *A formação histórica das Minas Gerais*. Direção de José Simeão Leal. Cadernos de cultura - Ministério da Educação, 1956. pp. 10-11.

<sup>126</sup> Carta Regia 13 de maio 1808 declarando guerra ofensiva aos *Botocudos Antropófagos*. Disponível em: <[www.brown.edu/facilities/john\\_carter\\_brown\\_library/cb/](http://www.brown.edu/facilities/john_carter_brown_library/cb/)> Acessadoem: 10/09/2005.

bastante acidentada, e por isso, de difícil navegação. Neste ponto cabe salientar que também as canoas de casca de árvores utilizadas pelos indígenas foram empregadas pelos seus opositores. Mais leves e menores que outras formas de embarcação, tais canoas podiam ser transportadas nas costas de poucos homens e, deste modo, evitavam-se as cachoeiras e quedas d'água. Holanda aponta em *O extremo Oeste* para "a importância que tiveram [as canoas indígenas] durante as incursões no sertão remoto".<sup>127</sup>

Conhecidos como os mais belicosos e relutantes ao processo de "Aldeamentos" na Mata mineira, o grupo Botocudo, observado principalmente na bacia do Rio Doce, apresentou poucas alianças com os brancos e, quando aliados, quase sempre foram utilizados como canoeiros. Estes índios representaram um sério obstáculo ao avanço da fronteira do branco. Vítimas de várias "guerras justas" decretadas pelo governo, os "Botocudos antropófagos" mostraram o quanto poderiam ser resistentes ao processo de devassamento de suas áreas. Os Botocudo promoviam ataques sistemáticos às roças dos colonos e destacamentos militares que passaram a ser instalados nas margens dos rios mineiros. Para Maria Hilda Baqueiro Paraíso, a concentração de ataques observada nos quartéis e destacamentos, indica que os Botocudo conheciam a importância dessas estruturas como pontos de apoio à penetração dos seus territórios.<sup>128</sup> Ora, se fosse diferente, os indígenas atacariam apenas

---

<sup>127</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter, São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 49.

<sup>128</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*, in: Revista de antropologia. São Paulo: USP, v. 35 1992. p. 75-90.

as roças dos colonos que, por sua vez, estariam bem menos desguarnecidas que os quartéis e destacamentos supracitados. Deste modo, as ações empreendidas pela tribo Botocudo não se resumiam a apenas guerras de cunho defensivo, mas também, eram empreendidas ações de caráter ofensivo. Não seria impróprio lembrar dos ataques promovidos pelos "tapuia"<sup>129</sup> do Rio Grande ainda no último quartênio do século XVII, quando estes já demonstravam sua capacidade belicosa, não se restringindo à guerra defensiva. Antes, os indígenas promoveram investidas à instalações guarnecidas, como o quartel que abrigava Domingos Jorge Velho e Antonio Albuquerque Câmara que fora cercado no ano de 1688, obrigando estes a bater em retirada.<sup>130</sup>

Os índios que se aliavam aos brancos foram tidos como traidores pelos Botocudo. Ataques a sociedades de índios "civilizados" também foram observados. Relatos de "... *descendentes diretos...*" dos índios que assistiram a tragédia que caiu sobre os Coropó civilizados constam da obra de Oiliam José:

*"Um dia, de surpresa, ali chegaram hordas de botocudos(sic), que praticaram, às margens do pequeno rio, carnificina geral... "* Os indígenas

---

<sup>129</sup> A distinção entre povos Tupi e Tapuia fez-se imprescindível num contexto que foi marcado pela necessidade de se obter índios aliados e, ao mesmo tempo, justificar ações de guerra justa, sendo esta legitimadora das ações de extermínio e escravização do índio. Segundo Pedro Puntoni: "*A bipolaridade Tupi-Tapuia, marca fundamental da percepção da diversidade dos povos indígenas pelos colonizadores, estava representando o corte entre aliados e inimigos, não só no imaginário, como nos contextos concretos*". PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002. p.60-1.

<sup>130</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002. p.146.

dizimados eram afeitos “... *ao plantio de cereais e da cana-de-açúcar*”<sup>131</sup> e, portanto, aliados dos brancos.

Em pleno primeiro decênio do século XX, o engenheiro alemão, Guilherme Giesbrecht, relata o conflito entre colonos e o *gentio* — provavelmente Botocudo — na zona do Rio Mucuri. Segundo ele, subjugar esses índios por meio de ações marciais era tarefa muito penosa. Sendo assim, a atuação de “*línguas*”<sup>132</sup> poderia intermediar de forma pacífica o contato entre colonos e índios.<sup>133</sup> Para John Manoel Monteiro, a utilização de intermediários culturais ocupou papel decisivo no que tange ao êxito dos paulistas na ação de captura de índios. Estes intermediários, segundo Monteiro, eram muitas vezes “principais” das aldeias aliadas.<sup>134</sup>

---

<sup>131</sup> JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p.49.

<sup>132</sup> O *língua* ou *intermediário cultural* era a “ponte” que ligava os brancos aos índios. Conhecedor da língua indígena, estes indivíduos geralmente tinham em sua composição racial o sangue do índio. Isto poderia fazer com que os línguas fossem vistos de forma menos estranha pelos indígenas. Contudo, muitos desses mestiços estavam condenados a vagar entre dois mundos. Em um momento, gerando desconfianças entre os brancos, em outro, entre os índios ainda não aliados.

<sup>133</sup> Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XIII, 1908, v. 1, p. 134.

<sup>134</sup> MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 62-3.



“Família de Botocudos em marcha”. Fonte: (da obra de Jean Baptiste Debret: “Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil”) <http://www.bivirt.futuro.usp.br/imagem/arte/arte.html>

Situados nas imediações do Arraial Presídio,<sup>135</sup> os indígenas Purí representaram outro grupo que se mostrou relutante aos aldeamentos forçados. Em número menor que os demais mineiríndios, vítimas da ação dos brancos, do choque microbiano e de guerras intertribais, os Purí foram praticamente erradicados nas primeiras décadas do século XIX. Somando-se todas as aldeias Purí arroladas no *Mapa dos aldeamentos das diferentes tribos da província de Minas Gerais*<sup>136</sup>, obtém-se o número de apenas 3.300 índios. É claro, este montante representa apenas os indígenas “mansos”, aliados aos

<sup>135</sup> Atual Visconde do Rio Branco.

<sup>136</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908, pp. 498-509.

brancos e seus associados, não indicando os índios ainda “bravos”, dos quais não temos registros que possam ser quantificados.

Guido Tomaz Marlière, que mais tarde ficaria conhecido como “o apóstolo das selvas”, em correspondência datada de 28 de março de 1828, presta contas ao presidente da província de Minas Gerais, onde recordava ter “... mandado, em 1814 ou 15, duas Bandeiras ao Matto, contra os Puris então bravos...” a primeira “composta de Portugueses da Esquadra do Matto”, enquanto a segunda era “inteiramente de Coroados”.<sup>137</sup> A composição desta segunda bandeira nos mostra o quanto era necessário a atuação do elemento indígena nas campanhas contra aqueles índios que se negavam a se associar aos brancos e que, por sua vez, se configuravam em um entrave à expansão da fronteira agrícola e demais formas de exploração da região.

O historiador Pedro Puntoni verificou que a guerra que se desenvolveu no Brasil era distinta da em exercício na Europa. A incrementação das tropas auxiliares com: “mestiços e ociosos malfeitores, foragidos da justiça d’el-rei” e, sobretudo o indígena, foi mister para o domínio e sucesso de investidas contra o gentio bárbaro, ou seja, contra os índios não associados aos brancos.<sup>138</sup>

Em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Jean Baptiste Debret descreve a composição que havia no Quartel de Aguiar, situado no Rio Doce:

---

<sup>137</sup> RAPM. Ano XII, 1907/1908, pp. 526-7.

<sup>138</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002. p. 191.

“... unicamente de oito soldados, índios civilizados, preferíveis a qualquer outra espécie de soldados para o combate aos seus companheiros ainda selvagens”.<sup>139</sup> Tal registro faz referência de como era necessário o incremento dos indígenas junto aos soldados de outra natureza. Debret ainda observa uma tática de defesa de que se valiam os brancos e seus associados e o quanto era árduo a utilização dos referidos gibões empregados nesta estratégia:

*É costume, entre cada vinte homens organizados em destacamento, oito usarem couraças a fim de proteger os outros doze durante o ataque [...] Tem-se o cuidado em cada posto, de conservar sempre em reserva um certo número de couraças ou gibões. São casacos de algodão, alcochoados e pespontados em quadrados, à prova de flechas, que descem até os joelhos, escondendo em parte o braço; mas seu peso os torna muito incômodos, quando se faz necessário combater no calor.*<sup>140</sup>



“Soldados Índios de Mogi-das-Cruzes”. Nesta prancha podemos ver o referido gibão e a guerra nos matos. Fonte: (da obra de Jean Baptiste Debret: “Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil”) <http://www.bivirt.futuro.usp.br/imagem/arte/arte.html>

<sup>139</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução e notas de Sergio Milliet, apresentação de M. G. Ferri, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. pp. 93-5.

<sup>140</sup> *Idem*.

Mais uma vez temos referencia de como a tecnologia militar de que se valiam os opositores dos índios esbarrava em inúmeros empecilhos.

Rafael de Freitas e Souza, em um artigo sobre os indígenas Purí, fala sobre o medo provocado pela aparência dos mineiríndios. Para ele:

*As perfurações, pinturas e adornos com dentes de animais contribuíram para intimidar e aterrorizar seus opositores; como, por exemplo, no caso mais expressivo dos botocudos (sic), com seus grandes botoques no lábio inferior e nas orelhas. Sem duvida, isto contribuía para o sucesso das investidas de todos os indígenas.<sup>141</sup>*

A historiografia tradicional subestimou durante muito tempo a eficácia das armas e estratégias utilizadas pelos indígenas. Estes foram em alguns casos, representados em combates caóticos e extremamente desorganizados; em oposição à arte da guerra em voga na Europa, metódica e sistematizada. Contudo, podemos notar que, tanto as armas, quanto as estratégias de diversas tribos foram extremamente eficazes para a resistência e desarticulação de muitas expedições que se encontravam no seu encalço.

Cabe aqui respondermos a pergunta que mesmo o leitor mais desatento faria. Se as armas e táticas dos índios eram tão boas assim, por que eles foram derrotados? Ora, em primeiro lugar; devemos considerar que, tanto o aparato bélico quanto as estratégias indígenas foram rapidamente assimilados pelos brancos e seus associados. Não são poucos os registros que nos trazem tal

---

<sup>141</sup> SOUZA, Rafael de Freitas e. *A revolta dos Puris: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata Mineira no primeiro quartel do século XIX*. Revista de Ciências Humanas, v. 3, n. 1, p. 53-64, jul.2003. p. 55.

informação. Além dos documentos escritos, existem fontes iconográficas que representam mestiços lutando ao lado de indígenas, usando armas de fogo ou mesmo arco e flecha, e/ou se fazendo *a guerra nos modos do gentio bravo*. Em segundo lugar; o elemento indígena estava quase sempre presente na composição das bandeiras, armações, ou qualquer outro tipo de expedições nos matos, chegando a representar a totalidade dos guerreiros envolvidos numa dada campanha; como na correspondência já citada de Marlière. Por último, devemos considerar aquela que foi a mais poderosa arma utilizada pelos inimigos dos índios: a arma biológica. Roupas infectadas com varíola eram deixadas aos indígenas. Ao levarem essas roupas para suas tribos, geravam a morte em grande parcela dos índios. Os opositores dos índios logo perceberam que os conflitos envolvendo diversos grupos indígenas se configuravam em ótimos eventos a serem explorados a fim de obterem proveito. Assim, uma lógica de alianças foi estimulada. Ao mesmo tempo, “aos olhos dos invasores”, os prisioneiros de guerra poderiam suprir inúmeros braços para “os eventuais empreendimentos coloniais”. Rapidamente os indígenas perceberam os danos provenientes das alianças com os europeus. O choque microbiano, aliado às transformações nas ações bélicas foi responsável por “serias rupturas na organização interna das sociedades indígenas”.<sup>142</sup>

Compreendemos que não foi a tecnologia militar dos brancos — como muitos podem pensar — o principal elemento responsável pela derrota

---

<sup>142</sup> MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 29.

indígena provocada pelos invasores de suas terras. A assimilação de suas armas e estratégias, a política de alianças do branco e seus associados junto aos indígenas e, sobretudo, o choque microbiano, tiveram papel decisivo na redução e extermínio de diversas nações indígenas.

### 3.2.2 - REELABORAÇÃO CULTURAL DOS GRUPOS INDÍGENAS

Com o fim de ajustar as sociedades indígenas dentro do processo de “*dinâmica da história*”, necessitamos entender o conceito de cultura, não mais como algo “*estático*”, mas agora, como uma ação “*dinâmica*”; na qual “... a concepção de culturas ***puras, cristalizadas se dilui, já que o contato não implica necessariamente um destino fatídico e previamente definido de aculturação***” (grifos meus). Por outro lado, esse contato interétnico pode muitas das vezes, levar ambos os agentes envolvidos a um processo de reelaboração cultural.<sup>143</sup>

O juízo de que uma dada “*tradição cultural*” está sempre presente ao processo de variação e, deste modo salvaguardava as características peculiares de um grupo, passa a ser relegado, pois, construindo de forma especial:

*... independente de ter ou não um vínculo com as tradições originárias ou anteriores, esses indivíduos, [pertencentes a um grupo] tendo uma experiência e uma vivência muito próximas, elaboraram uma tradição com significação própria, repleta de sentimento de pertencimento àquele grupo.*<sup>144</sup>

Deste modo, podemos entender o conceito de cultura não mais como algo imutável, mais sim, como um processo dinâmico, sujeito à capacidade criadora dos agentes históricos envolvidos. Os indivíduos de um dado grupo

---

<sup>143</sup> RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2003. Tese (doutorado) Inédita - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 19.

<sup>144</sup> *Idem*. pp. 21-22.

promovem a reconstrução de suas identidades, absorvendo os elementos que eles mesmos acham convenientes.

Se de um lado, os brancos se valeram de inúmeros traços do modo de vida indígena, por outro, a assimilação de vários dados do mundo civilizado foi, sem dúvida, crucial para a sobrevivência de muitos indígenas. Mais uma vez apontamos para o fato de que a resistência indígena nem sempre era exterior e oposta à sociedade dos brancos.

No Primeiro quartel do século XIX, como a população da Mata mineira estava relutante em acatar as convocações para compor o corpo militar dos destacamentos - visto os grandes perigos enfrentados e a baixa remuneração -, o governo lançou mão da arregimentação dos índios *"mansos e aldeados"* de forma às vezes compulsória. Também temos relatos dizendo que os índios eram preferíveis a qualquer outra espécie de soldados, aumentando assim a sua procura para a tarefa de guarnecer os quartéis.<sup>145</sup>

Muitos indígenas buscavam os destacamentos a fim de obterem alimento, visto que, com a redução indiscriminada de seu território, os mesmos perderam o espaço vital para desenvolverem suas atividades de caça, pesca e coleta. Contudo, *"...posteriormente, também criaram seus mecanismos de resistência às convocações compulsórias: petições ao presidente da*

---

<sup>145</sup> Um outro fator que propiciava a lógica do emprego indígena nos quartéis era o soldo que os índios recebiam, na maioria das vezes, não chegando à metade do que recebia um branco.

*província e juizes, fugas e deserções*".<sup>146</sup> Buscaram defender seus direitos por meio de vias "legais", de acordo com a justiça dos brancos.

Diversos índios da Mata mineira não reagiam somente por meio de ataques aos sítios e roças de portugueses, investidas contra quartéis e destacamentos, e deslocamentos de seu grupo por áreas ainda indevassadas. Estas últimas eram somente formas de resistência externa à sociedade branca. Tais indígenas também promoviam fugas de aldeamentos e formas de resistência passiva às novas regras sociais impostas pelos membros da sociedade dominante.

De acordo com John Manoel Monteiro:

*Os índios , por seu turno, sem condições de reproduzir plenamente as formas pré-coloniais de organização, procuravam forjar espaços próprios no interior da sociedade colonial. Esta busca, embora produzisse resultados, no mais das vezes ambíguos, manifestando-se tanto na luta cotidiana pela sobrevivência, quanto nas múltiplas formas de resistência.*<sup>147</sup>

Como já apontamos, os elementos incorporados pelas sociedades indígenas foram apenas aqueles que faziam algum sentido para esses povos. Os índios também resistiam à incorporação de várias regras impostas pelos brancos. Até mesmo os padres se mostraram descrentes quanto a eficácia dos batismos de índios. Muitos indígenas retomavam seus costumes pré-cabralinos mesmo depois de convertidos ao catolicismo. A poligamia, por exemplo, foi

---

<sup>146</sup> PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*, in: Revista de antropologia. São Paulo: USP, v. 35 1992. p. 85.

<sup>147</sup> MONTEIRO, John Manoel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 170.

sempre recorrente entre as diversas atitudes de que os índios não se desacostumavam.

Para outros indígenas, além da conversão ao cristianismo, foram forjados esquemas de solidariedade para com o universo dos brancos por inúmeras vias. Como o caso do índio Cypriano Alves Dionísio, sesmeiro na zona do Ribeirão Santa Juliana, região do Arraial de São João Batista do Presídio. Este, foi um grande contribuinte de Guido Thomas Marlière, prestando suas atividades como roceiro na área presidiense e servindo de “exemplo” aos demais indígenas. Temos também o caso já citado do indígena Guido Procane, que apesar de manter sua ira contra os Purí, foi indispensável como interprete de Marlière nas incursões às áreas inóspitas do Rio Doce.

São vastos os exemplos que poderíamos citar de índios que passaram, não mais a resistir de forma violenta e externa à sociedade dos brancos. Contudo, muitos indígenas incorporaram os costumes do universo civilizado sem que, com isso deixassem de lutar pelo reconhecimento de sua identidade indígena.

O processo de devassamento da Mata mineira provocou serias mudanças no universo indígena. Também é fato que, a partir de então, o decréscimo da população indígena daquela área ocorreu de forma vertiginosa, sendo as inúmeras causas dessa de população exaustivamente expostas ao longo desse desprezioso trabalho. Sabemos também que, o lugar de

---

<sup>148</sup> RAPM. Ano XII, p. 559.

*"desclassificado social"* foi o que restou para o índio na maioria das vezes. Mas no entanto, para alguns, embora poucos, o contato com o branco não foi propriamente deletério.

## CONCLUSÃO

Ao estudarmos o processo de destribalização dos indígenas da Mata mineira, concluímos que, embora tivessem tido suas populações reduzidas em um curto espaço de tempo após o contato com os brancos, os desdobramentos que viriam acontecer nas primeiras décadas do século XIX, apontaram para a ocorrência de uma assimilação da cultura da sociedade dominante por parte dos povos indígenas.

Não eram apenas os brancos que se valiam dos usos e costumes indígenas. Estes, ao serem incapacitados de reproduzir seu modo de vida pré-colonial, tiveram que forjar novas formas de vivência, para assim, poderem inserir-se dentro do modelo de sociedade que se delineava.

A resistência indígena não pode ser resumida apenas às suas formas externas à sociedade dos brancos. Muitos índios lançaram mão da justiça então vigente, por exemplo.

Enquanto ações como as promovidas pelo padre Manoel de Jesus Maria e Marlière geraram a redução do *gentio* aos aldeamentos controlados pelo governo, propiciando a entrada e assentamento de vários colonos; ao longo dos anos, sobretudo no início do século XIX, os índios foram substituindo suas formas de oposição ao branco.

Muitos indígenas iriam se render à conversão ao cristianismo, como mostram as listas de habitantes consultadas. Dentre eles, apareceriam roceiros

e até sesmeiros que viriam desenvolver importante contribuição aos devassadores da Mata mineira.

Os índios que restaram nas áreas que sofriam processo de urbanização foram se sedentarizando, incorporando o modo de vida dos brancos, sem que com isso, deixassem de se distinguir dentro daquela sociedade que se formava.

Sem dúvida, foram lastimáveis o processo de usurpação das terras indígenas e o grande genocídio desses povos que habitavam a Mata mineira. Contudo, o choque entre as duas culturas - dos índios e dos brancos - não promoveu necessariamente a “destruição da identidade indígena”. Por outro lado, o que aconteceu aos remanescentes indígenas foi a natural dinâmica cultural observada entre quaisquer culturas postas em contato. Os indígenas sofreram os funestos efeitos do processo destribalizante observado, sem que, com isso, fossem “desaculturados”.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS E IMPRESSAS

Arquivo da Câmara Municipal de Mariana (ACMM). Coleta de subsídio literário das aguardentes, cód. 77, 95. - População da freguesia de São João Batista do Presídio (1822), cód. 398. - Manifesto das aguardentes, cód. 401, 177. - População do Bispado de Mariana (1814), ANRJ, cód. 808, livro 1, (cópia do original).

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). Processo de Habilitação *De Genere, Vitae et Moribus.*, Armário 09 -pasta 1576.

Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM). Anos: III, X, XI, XII e XIII.

Revista de Antropologia. 2 (2): 150-154, 1954.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.(RIHGMG) Vol. VII, Documentos Interessantes, Extraídos do Arquivo Público Mineiro, 1960.

FREYREISS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Lofgren, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. de Vivaldi Moreira, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*, v. 1. Trad. Lúcia F. Lahmeier. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL; 1976.

### LIVROS

CARVALHO, Daniel de. *A formação histórica das Minas Gerais*. Direção de José Simeão Leal. Cadernos de Cultura - Ministério da Educação e Cultura, 1956.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo Oeste*. Introdução de José Sebastião Witter, São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1986

JOSÉ, Oíliam. *Marlière, o civilizador: esboço biográfico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1958.

JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco: terra, povo, história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2º ed., São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1980

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994  
PARAÍSO, Maria Hilda

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Repensando a política indigenista para os Botocudos*. In: *Revista de Antropologia*. V.35, p. 75-90, São Paulo: USP, 1992

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2002.

SOUSA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga de Minas Gerais*. 4. ed. v. 1, Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

## TESES

CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e contínuo (1839 - 1909)* Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Curso de Pós - Graduação em História, Niterói, 1993.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2003. Tese (doutorado) Inédita - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

## ARTIGOS

ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: Bases da economia e tentativa de periodização. In: LPH: Revista de história. Nº 5, 1995.

SOUZA, Rafael de Freitas e. *A revolta dos Purís: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata Mineira no primeiro quartel do século XIX*. Revista de Ciências Humanas, v.3, n.1, p. 53-64, jul. 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. Varia, v. 21, p.181-189, Belo Horizonte: 2000.

## DICIONÁRIOS

SILVA, Antônio de Moraes. Grande dicionário da língua portuguesa, 10ª edição revista, corrigida e muito aumentada e actualizada. Por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, Lisboa/ Portugal, Editora Confluência, 1945.

SOUZA, Rafael de Freitas e. *A revolta dos Purís: resistência e dizimação dos indígenas da Zona da Mata Mineira no primeiro quartel do século XIX*. Revista de Ciências Humanas, v.3, n.1, p. 53-64, jul. 2003.

## DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

DEBRET, Jean Baptiste "*Viagem pitoresca e histórica pelo Brasil*")  
Disponível em: <http://www.bivirt.futuro.usp.br/imagem/arte/arte.html> acessado em: 12/06/2006.

Carta Regia 13 de maio 1808 declarando guerra ofensiva aos *Botocudos Antropófagos*. disponível em:  
<[www.brown.edu/facilities/john\\_carter\\_brown\\_library/cb/](http://www.brown.edu/facilities/john_carter_brown_library/cb/)> acessado em: 10/09/2005.

CUNHA, Alexandre; GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação económico — espacial e regional nos séculos XVII e XIX*. Disponível em:  
[http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe\\_2003\\_07.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_07.pdf) acessado em: 12/05/2006.